



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ELISÂNGELA GLÓRIA DE AQUINO

**TECENDO TEIAS: UM OLHAR SOBRE AVALIAÇÃO E ARTICULAÇÃO NA
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MARTINS NOLÊTO**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2018

ELISÂNGELA GLÓRIA DE AQUINO

TECENDO TEIAS: UM OLHAR SOBRE AVALIAÇÃO E ARTICULAÇÃO NA ESCOLA
MUNICIPAL FRANCISCO MARTINS NOLÊTO

Monografia apresentada à UFT- Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob orientação da Prof.^a Mestranda Rutileia Carvalho Xavier Pinho.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A657o Aquino, Elisângela Glória de .
Um Olhar Sobre Avaliação e Articulação: na Escola Municipal Francisco
Martins Nolêto . / Elisângela Glória de Aquino. – Miracema, TO, 2018.

72 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2018.

Orientadora : Rutileia Carvalho Xavier Pinho

1. Avaliação. 2. Ensino Fundamental. 3. Formação de Professores. 4.
Práticas Pedagógicas. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ELISÂNGELA GLÓRIA DE AQUINO

TECENDO TEÍAS: UM OLHAR SOBRE AVALIAÇÃO E ARTICULAÇÃO
PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MARTINS NOLETO

Monografia foi avaliada e apresentada à
UFT – Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus de Miracema,
Curso de Pedagogia, para obtenção do
título de Licenciado e aprovada em sua
forma final pela Orientadora e pela
Banca Examinadora.

Data de Aprovação 28/09/ 2018.

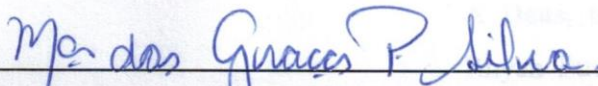
Banca Examinadora:



Prof^a. Esp. Rutileia Carvalho Xavier Pinho, Orientadora, UFT



Prof^a. Msc. Simone Maria Alves de Lima, Examinadora, UFT



Prof^a. Esp. Maria das Graças Pereira Silva, Examinadora, UFT

A **Deus**, toda honra e glória. Ao meu filho Rhyan Lucas de Aquino Maranhão, amigo e companheiro de todos os momentos.

A G R A D E C I M E N T O S

Primeiramente agradeço a Deus, que me deu energia e benefícios para concluir todo esse trabalho, e pelo dom da sabedoria, pois sem ele nada seria possível.

Agradeço aos meus pais Avelino Lopes de Aquino (*in memoriam*) e Creuza Gloria de Azevedo, por terem conduzido meus primeiros passos e por terem me inserido no universo da educação e ainda, por me ensinarem que responsabilidade, disciplina e estudo são fundamentais para o sujeito.

De todo o coração agradeço a minha cunhada Karina Nolêto de Sousa, pelo esforço incondicional para a realização do meu ingresso no curso de graduação.

A todos da minha família, pela a capacidade de acreditar em mim e pelos incentivos, pelo cuidado e dedicação que me deram.

Em nome da professora Rutileia Carvalho Xavier Pinho que me orientou, estendo agradecimentos ao corpo docentes e demais servidores da Universidade Federal do Tocantins, em especial aos do Campus Universitário de Miracema.

De maneira muito especial agradeço a equipe da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, pelo apoio e fornecimento dos dados necessários para análise e desenvolvimento da pesquisa.

Enfim agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

A Avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento.

(VASCONCELOS, 1998, p. 43)

RESUMO

Esta pesquisa constituiu-se no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de graduação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Universidade Federal do Tocantins-UFT, Campus de Miracema do Tocantins-TO, e teve por objetivo refletir sobre avaliação e articulação do processo de avaliação nas turmas do 5º ano da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto, em Miracema do Tocantins –TO. As discussões foram pautadas a partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP/2018) da escola-campo e em documentos oficiais que norteiam a avaliação na educação básica. O referencial teórico aportou em autores que dialogam sobre a processo de avaliação na educação básica e a formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental: Veiga (2002); Freire (2002); Luckesi (1998); Hadji (2001); Lima; Costa & Silva (2017); Arroyo (2001); Vasconcelos (2000); Paro (2007); Gatti (2003); Cunha (2000); Pinho (2007); Chauí (2003); Nóvoa (1992); Tardif (2002); Suanno (2015); Santos (2005); Abreu & Maseto (1990); Régnier (2002). A metodologia abarcou na pesquisa bibliográfica e descritiva e à abordagem das informações buscou-se aporte na pesquisa qualitativa, com enfoque na corrente filosófica da fenomenologia. A pesquisa ocorreu a partir da pesquisa de campo, por meio de observações direta; análise documental do (PPP/2018) da escola-campo, cujos dados foram coletados no período de 01/04 a 20/06 de 2018. As análises indicam que a escola-campo, segue um modelo de educação direcionado pela secretaria municipal de educação, inclusive em referência a avaliação educacional. Os resultados indicam que a pesquisa se torna relevante por discutir acerca da avaliação da aprendizagem como algo fundamental para o desenvolvimento, não só dos alunos, mas também da escola e da rede municipal de ensino de Miracema do Tocantins-TO. Por outro lado, a pesquisa mostra resultados que podem ser analisados e discutidos pela equipe escolar, objetivando verificar o que houve de apontamentos positivos e negativos. Desse modo, entendemos que o processo de avaliação é fundamental nas turmas do 5º ano da escola campo, devido que os alunos no ano subsequente, além de migrarem para outras escolas, também irão passar para a segunda fase do ensino fundamental, que requer mais desenvoltura no desenvolvimento de habilidades e competências, especificamente envolvendo o processo de avaliação somativa.

Palavras-chave: Avaliação do Ensino e Aprendizagem. Formação de Professores. Escola Municipal Francisco Martins Nolêto.

ABSTRACT

This research consisted of the Course Completion Work (TCC), graduation of the Full Degree in Pedagogy - Teaching in Early Childhood Education and Initial Years of Elementary Education of the Federal University of Tocantins-UFT, Campus of Miracema do Tocantins-TO, and had as objective to reflect on the evaluation process in the classes of the 5th year of the Francisco Martins Nolêto Municipal School in Miracema do Tocantins -TO. The discussions were based on the analysis of the School-Field Political Project (PPP / 2018) and official documents that guide evaluation in basic education. The theoretical framework contributed to authors who discuss the evaluation process in basic education and teacher training for the initial years of elementary school: Veiga (2002); Freire (2002); Luckesi (1998); Hadji (2001); Lime; Costa & Silva (2017); Arroyo (2001); Vasconcelos (2000); Paro (2007); Gatti (2003); Cunha (2000); Pinho (2007); Chauí (2003); Nóvoa (1992); Tardif (2002); Suanno (2015); Santos (2005); Abreu & Maseto (1990); Régnier (2002). The methodology covered in the bibliographical and descriptive research and the approach of the information was sought the approach of the qualitative research, with focus in the philosophical chain of the phenomenology. The research was based on the documentary analysis of the school-field (PPP / 2018), whose data were collected in the period from 01/04 to 06/06 of 2018. The analyzes indicate that the school-field follows an educational model directed by the municipal secretariat of education, including in reference to educational evaluation. The results indicate that the research becomes relevant for discussing the evaluation of learning as fundamental for the development, not only of the students, but also of the school and the municipal network of teaching of Miracema do Tocantins-TO. On the other hand, the research shows results that can be analyzed and discussed by the school staff, aiming to verify what happened from positive and negative notes. In this way, we understand that the evaluation process is fundamental in the 5th grade classes of the field school, because the students in the following year, besides migrating to other schools, will also move on to the second phase of elementary education, which requires more in the development of skills and competences, specifically involving the summative evaluation process.

Keywords: Evaluation of Teaching and Learning. Teacher training. Municipal School Francisco Martins Nolêto.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O CAMINHO PERCORRIDO	17
3 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO COMO REORIENTAÇÃO PARA MELHORIA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	20
3.1 Contexto histórico e social da Escolar Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto.....	20
3.2 A relevância do currículo escolar para processo de avaliação.....	24
3.3 O processo de avaliação e suas contribuições no desenvolvimento integral do aluno.....	27
4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NOS ANOS INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	32
4.1 O curso de pedagogia como formador de professores para atuar nos cinco primeiros anos do ensino fundamental.....	33
4.2 A atuação do Pedagogo nos cinco primeiros anos do ensino fundamental.....	38
4.3 O processo de avaliação educacional e as práticas pedagógicas.....	42
4.3.1 Alguns tipos de avaliação citados na literatura pedagógica.....	45
5 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NAS TURMAS DE 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MARTINS NOLÊTO E O PROPOSTO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	48
5.1 Estrutura organizacional das turmas do 5º ano da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto.....	49
5.2 Sistematização do trabalho pedagógico: dimensão pedagógica da escola.....	50
5.3 Acompanhamento da aprendizagem dos alunos/currículo.....	54
5.4 Processo de avaliação dos alunos e o proposto no Projeto Político Pedagógico.....	58
6 CONSIDERAÇÕES	62
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa constituiu-se no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Miracema do Tocantins da Universidade Federal do Tocantins-UFT, e apresenta-se num estudo bibliográfico e descritivo de abordagem qualitativa, com enfoque fenomenológico acerca do processo de avaliação do ensino e aprendizagem nas três turmas do 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, na cidade de Miracema do Tocantins-TO.

O tema da pesquisa permeia sobre processo de avaliação do ensino e aprendizagem e sua delimitação está pautada no procedimento de organização e aplicação das avaliações e/os modelos adotados nas turmas do 5º ano da escola-campo. Para tanto, a pesquisa objetivou descrever a forma de avaliar o processo de ensino e aprendizagem, nas turmas de 5º ano da instituição educacional, a partir da análise do Projeto Político Pedagógico PPP/Miracema (2018) e documentos oficiais que norteiam o processo de avaliação na educação básica.

Para delinear essa pesquisa delimitamos o problema com o seguinte questionamento: Considerando que a escola por meio da avaliação tem como principal função garantir que os sujeitos se apropriem dos conhecimentos produzidos historicamente, participando efetivamente do processo de ensino e aprendizagem, e garantindo, ao mesmo tempo, o acesso a esses conhecimentos, de que forma se dá a organização e aplicação das avaliações e quais os modelos são adotados nas turmas de 5º ano da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto, localizada na cidade de Miracema do Tocantins?

E para buscarmos essa resposta traçamos três objetivos específicos:

- Compreender o processo de avaliação como reorientação para melhoria do processo de ensino e aprendizagem.
- Conhecer a formação de professores para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental e o processo de avaliação educacional.
- Descrever como se dá o processo de avaliação nas turmas de 5º ano da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto e o proposto no projeto político pedagógico.

Para a elaboração deste trabalho aportamos em autores que dialogam sobre esse estudo: Veiga (2002); Freire (2002); Luckesi (1998); Hadji (2001); Lima; Costa & Silva (2017); Arroyo (2001); Vasconcelos (2000); Paro (2007); Gatti (2003); Cunha (2000); Pinho (2007); Chauí (2003); Nóvoa (1992); Tardif (2002); Suanno (2015); Santos (2005); Abreu &

Maseto (1990); Régnier (2002). Dentre outros amparos textos extraídos da internet que abordam assuntos inerentes ao tema em estudo, e o Projeto Político Pedagógico da escola-campo PPP/Miracema (2018).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola. Por isso, sua elaboração requer, para ser expressão viva de um projeto coletivo, a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar. Todavia, articular e construir espaços participativos, produzir no coletivo um projeto que diga não apenas o que a escola é hoje, mas também aponte para o que pretende ser, exige método, organização e sistematização.

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico da escola-campo teve sua elaboração de maneira democrática envolvendo toda a comunidade escolar, a fim de enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa.

Também tem como objetivo registrar os principais dados que visam nortear toda a prática pedagógica e ação educativa da escola atendendo o proposto na Constituição Federal/1988; Estatuto da Criança e Adolescente-Lei 8.069 de 13 de julho de 1990; Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-Lei nº 9.394/1996; Base Nacional Comum Curricular, Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017; Lei Orgânica Municipal aprovada em 1990; Lei Municipal Nº 11-A (Lei do Sistema Municipal de Ensino, de 6 de janeiro de 2004 que criou o sistema, com uma opção pela denominação ensino, apesar da Lei do Conselho Municipal de Educação (CME) usar a expressão educação “[...] I – baixar normas complementares para o sistema municipal de educação;” em Miracema do Tocantins) e Planos de Educação (nacional estadual e municipal).

A relevância social da pesquisa justifica-se em que a avaliação é a própria prática educativa, e não uma parte dela, a verdadeira avaliação deve ser aquela que acontece no processo, construída principalmente, na autoavaliação e avaliação mútua.

Do ponto de vista de Hoffmann (1993), as avaliações mostram ações provocativas do professor, que desafia o aluno a refletir sobre as experiências vividas, a formular e reformular hipóteses, direcionando para um saber enriquecido. Mas, nestas compreensões da avaliação apenas se mensura a medida dos objetivos: se eles foram ou não alcançados.

Em consonância Hoffmann (1993), Perrenoud (1999) afirma que na prática da avaliação da aprendizagem não só se classificam os alunos na sala de aula, também, estas práticas possuem um efeito social muito mais definido: a avaliação cria as hierarquias sociais que consolidam a sociedade atual.

A relevância pessoal surgiu após participação como bolsista nas atividades do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, no ano de 2017, período em que conheci o projeto político pedagógico da escola, que apresentava uma organização estrutural bem planejada, contendo todos os planos de trabalho da equipe pedagógica e projetos a serem desenvolvidos pela unidade escolar.

Na perspectiva pessoal, a realização do trabalho viabilizou a busca por estudos bibliográficos acerca da temática de maneira que me levou a reflexão não só do processo de avaliação, mas da própria construção de um projeto político pedagógico que de fato venha ao encontro das especificidades da comunidade escolar e local.

A escolha da escola-campo se justifica pela organização pedagógica, administrativa e a acolhida dos professores para com os alunos na unidade escolar que foi conhecida por meio das atividades proporcionadas pelo PIBID, no ano de 2017.

E a delimitação do 5º ano se deu pelo fato que, esses alunos estão saindo dos anos iniciais e ingressando nos anos finais do ensino fundamental, completando um ciclo de aprendizado científico e que no ano subsequente irão migrar para outras escolas, visto que a unidade escolar oferta somente os anos iniciais do ensino fundamental.

Desse modo, a escola escolhida, oferta duas modalidades de educação básica, o Ensino Fundamental do 2º ao 5º ano distribuído em 17 turmas, sendo 15 (quinze) turmas do 2ª ao 5º ano, nos turnos matutino e vespertino e a Educação de Jovens e Adultos que oferta o 1º segmento caracterizado como ensino fundamental distribuído em 2 (duas) turmas no período noturno. A instituição conta com um total de 352 alunos matriculados no ano de 2018.

A unidade escolar está localizada em um dos maiores bairros da cidade, e conta com alunos de diversas culturas e especificidades, motivo este que chamou atenção para realização da análise no projeto político pedagógico da mesma, em especial buscando entender o processo de avaliação aplicada nas turmas do 5º ano e a formação dos professores.

No que refere a formação de professores, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), entre outros aspectos, dispôs de forma específica sobre a formação dos profissionais da educação.

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos

superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Em consonância com a legislação supracitada, somos instigados a refletir que tais reformas implantadas também provocam mudanças nos sistemas de ensino, na profissionalização e formação de professores e na organização curricular.

Estas mudanças afetam diretamente o campo conceitual e investigativo da didática, do currículo, da formação de professores e reconfiguram a identidade profissional, as formas de trabalho e a profissão docente, pois um professor que atua em sua área de formação logo desempenha seu papel de maneira melhor fundamentada, por estar atuando em uma área na qual se formou e certamente tem domínio.

E, para atendermos aos objetivos dessa pesquisa, o trabalho de conclusão de curso está estruturado em três seções, incluindo a introdução, o caminho percorrido e as considerações, seguidas das referências.

Na *Introdução*, primeira seção discorremos sobre os objetivos, delimitação do problema, justificativa e referencial teórico da pesquisa. Na segunda seção apresentamos *O caminho percorrido*, nesse tópico discorremos acerca da metodologia da pesquisa, os tipos de pesquisa e à natureza, os objetivos desenvolvidos por meio da pesquisa descritiva e à abordagem das informações da pesquisa qualitativa com enfoque na corrente filosófica da fenomenologia.

Na seção 3 caracterizada de *O processo de avaliação como reorientação para melhoria do processo de ensino e aprendizagem*, encontra-se dividida em três tópicos, em que no primeiro traz como título: *Contexto Histórico e Social da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto*, escola foco da pesquisa, em que aportamos no Projeto Político Pedagógico PPP/Miracema (2018), da mencionada instituição educacional.

No segundo tópico, tem como título: *A relevância do currículo escolar para o processo de avaliação*, em que iremos discorrer de forma objetiva acerca da avaliação e sua relevância no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado.

Para essas discussões abarcamos os conceitos de Lima, Costa & Silva (2017) que dialogam sobre a formação do currículo nas escolas brasileira; Arroyo (2001) que discorre sobre as mudanças e preocupações relacionadas às políticas e decisões dos governos; Veiga (2002) afirmando que o currículo é uma parte relevante da organização escolar e faz parte do Projeto Político Pedagógico de cada escola; e o Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, Miracema do Tocantins-TO,

PPP/Miracema (2018), da escola-campo relatando sobre o processo de avaliação da escola foco da pesquisa; Nascimento (2015) destacando que para a avaliação alcançar seus objetivos e metas precisa ser pensada e planejada antecipadamente.

O terceiro e último tópico apresenta *O processo de avaliação e suas contribuições no desenvolvimento integral do estudante*. Para abordarmos essa temática tivemos como suporte teórico os seguintes autores: Freire (2002) lembrando que a avaliação formativa, tem seu foco no processo ensino-aprendizagem; Luckesi (1998) chamando a atenção para a importância de se adotar uma prática avaliativa diagnóstica; Hadji (2001) que define a avaliação formativa como sendo *aquela que se situa no centro da ação de formação*; e o Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, Miracema do Tocantins-TO, PPP/Miracema (2018).

Na seção 4 está estruturada em dois tópicos, em que no primeiro traz como título: *O Curso de Pedagogia como formador de professores para atuar nos cinco primeiros anos do ensino fundamental*, o mesmo foi estruturado em duas partes, e a primeira discorre sobre: *O curso de pedagogia e a formação de professores*.

Para discorrermos acerca dessa temática tivemos como aporte teórico os seguintes autores: Cunha (2000) que nos traz a observação de que o panorama educacional brasileiro atual revela uma característica tão insólita quanto persistente em sua estrutura e que no ensino superior, as universidades convivem com uma grande quantidade de instituições de pequeno porte; Pinho (2007) afirmando que com a criação do Estado do Tocantins no ano de 1988 despertou na sociedade tocantinense, em geral, e nos profissionais da educação, em particular, o desejo de uma universidade pública para o Estado.

Chauí (2003) reforçando que *a educação é inseparável da formação e é por isso que ela só pode ser permanente*; Nóvoa (1992) afirmando que a formação quase nunca conduz, diretamente, à ação inovadora, e é preciso ter consciência deste fato; Tardif (2002) trazendo os conhecimentos especializados, nos quais alguns derivam dos saberes científicos, devendo ser adquiridos por meio de uma longa formação de alto nível, na maioria das vezes, de natureza universitária que no caso seria a formação inicial; Suanno (2015) que compreende a universidade como instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da problematização, da crítica e da inovação, dentre outros que discorrem a respeito do assunto.

A segunda parte discute sobre: *A atuação do Pedagogo nos cinco primeiros anos do ensino fundamental* tivemos como apoio os seguintes teóricos: Libâneo (2002) assinalando

a dimensão do campo de atuação do pedagogo na atualidade; Pimenta (2006) trazendo a definição de Pedagogo Especialista e Pedagogo Escolar, dentre outros teóricos.

Contudo analisamos ainda, os seguintes documentos oficiais: A Resolução CNE/CP Nº 01 de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996) e o Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, Miracema do Tocantins-TO, PPP/Miracema (2018).

O segundo tópico traz como tema: *O processo de avaliação educacional e as práticas pedagógicas* e tivemos como aporte os seguintes teóricos: Luckesi (1999) trazendo uma reflexão sobre a prática avaliativa; Santos (2005) nos afirmando que há inúmeras definições de avaliação educacional afirmando ainda que a avaliação não é um episódio ou um fato isolado, mas um processo; Abreu & Maseto (1990) chamando a atenção para os quesitos que devem conter no processo avaliativo, dentre outros autores.

Este tópico, ainda conta em sua estrutura com uma parte que traz como título: *Alguns tipos de avaliação citados na literatura pedagógica*. Para descrever acerca do tema tivemos como teórico principal Santos (2005) que descreve os principais tipos de avaliação citadas na literatura pedagógica; dentre outros autores que descrevem sobre a temática.

Na seção 5 descrevemos os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo e suas análises, a seção tem como título *O processo de avaliação nas turmas de 5º ano da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto e o proposto no Projeto Político Pedagógico*.

Para discutirmos a respeito estruturamos essa seção em quatro tópicos, sendo que no primeiro discorreremos sobre a estrutura organizacional nas turmas do 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto.

Para tanto buscamos apoio nos seguintes documentos: no Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, Miracema do Tocantins-TO, PPP/Miracema (2018) que nos mostra o quantitativo de turmas, horário de funcionamento, quantitativo de alunos, e os componentes curriculares existente nas turma sujeitos da pesquisa e na Base Nacional Comum Curricular-BNCC, Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 relatando que longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade.

No segundo tópico apresentamos a *Sistematização do trabalho pedagógico: dimensão pedagógica da escola-campo*. Para tanto, tivemos como teórico Freire (1986) afirmando que todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade; Franco (2008) ressaltando que para trabalhar com a

dinâmica dos processos de coordenação pedagógica na escola, um profissional precisa ter, antes de tudo, a convicção de que qualquer situação educativa é complexa; e Nóvoa (1995) afirmando que a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal.

E os documentos analisados foram o PPP/Miracema (2018) da escola que discorre sobre o planejamento e ações pedagógicas, acompanhamento pedagógico aos professores e a organização do cotidiano de trabalho com os alunos; o Plano Municipal de Educação de Miracema do Tocantins (2015) que direciona a rede municipal de educação a se empenhar no trabalho pedagógico, com enfoque na concepção sócio-interacionista.

Para realizarmos o terceiro tópico, intitulado de *Acompanhamento da aprendizagem dos alunos/currículo* tivemos como teóricos, Sacristán (1998) esclarecendo que a escolaridade é um percurso para alunos/as e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade; Sacristán (2000) discorrendo que o currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. E também, a análise criteriosa do PPP/Miracema (2018) que substanciou a construção desse tópico.

O quarto e último tópico encontra-se com o seguinte título: *Processo de avaliação dos alunos e o proposto no Projeto Político Pedagógico*. Para tanto, contamos com o suporte de teóricos como: Luckesi (2011) afirmando que para saber avaliar é preciso conhecer os conceitos teóricos sobre avaliação e o mais importante aprender a prática da avaliação.

Assim analisamos também, o documento denominado de Regimento Padrão da Educação Municipal que abordando sobre a avaliação da aprendizagem e PPP/Miracema (2018) apontando os quesitos analisados no processo de avaliação dos alunos.

E, por conseguinte serão apresentadas as *Considerações*, nas quais foram abordadas questões relevantes aos resultados obtidos e as *Referências* que foram utilizadas na pesquisa.

2 O CAMINHO PERCORRIDO

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes tipos de pesquisa: quanto à natureza, a pesquisa é acadêmica; quanto aos objetivos esses foram desenvolvidos por meio da pesquisa descritiva e à abordagem das informações buscou-se a pesquisa qualitativa, com enfoque na corrente filosófica da fenomenologia.

Sobre a fenomenologia, Bicudo afirma que:

Do ponto de vista fenomenológico, a realidade não é tida como algo objetivo e passível de ser explicado como um conhecimento que privilegia explicações em termos de causa e efeito. A realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. A realidade é o compreendido, o interpretado, o comunicado. Não há, pois, para a fenomenologia, uma única realidade, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações. (BICUDO, 1994, p. 18.).

A fenomenologia busca por intermédio da intencionalidade e da consciência subjetiva interpretar e descrever as ações de um determinado fenômeno, compreendendo nas suas mais diversas formas de interpretações e comunicações representada por esses.

Sendo assim, a descrição é característica indispensável na pesquisa qualitativa fenomenológica, em que as causas e as consequências dos fenômenos sociais não se configuram como centralidade do processo pesquisado, mas na definição deles.

Os procedimentos metodológicos foram baseados na revisão de literatura fundamentada no processo de avaliação educacional, e na formação de professores, em que foram realizadas buscas de materiais impressos e digitais que discorrem sobre a temática, seguida de leituras e seleção do material necessário.

A pesquisa bibliográfica orienta o pesquisador na busca de conhecimentos já pesquisados e catalogados (CERVO, BERVIAN E SILVA, 2007). E para essa etapa foram abordadas obras relevantes aos temas:

- Veiga (2002) apresenta reflexões sobre o currículo, sua relevância na organização escolar e no projeto político pedagógico, de cada escola.
- Freire (2002) discorre sobre a avaliação formativa no processo ensino-aprendizagem.
- Luckesi (1998) reforça sobre a importância da prática avaliativa diagnóstica.
- Hadji (2001) define a avaliação formativa como central na ação de formação.

- Lima; Costa & Silva (2017) descrevem as preocupações com o currículo no Brasil iniciaram na década de 20 e foram construídas até 1980 com base na transferência instrumental de teorização americanas de viés funcionalista.

- Vasconcelos (2000) discorre sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) situando como plano global da instituição e pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se caracteriza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.

- Nascimento (2015); Santos e Varela (2007); Luckesi (1996, 1998 e 2002); Gatti (2003); Carvalho (2010); Hadji (2001) discutem sobre o processo de avaliação e suas contribuições no desenvolvimento integral do aluno abordando os diversos tipos de avaliações existentes no campo educacional.

- Freire (2002) sinaliza sobre o sujeito de rupturas que o ato de ensinar requer aceitar os riscos do desafio do novo, enquanto inovador, enriquecedor e rejeitar quaisquer formas de discriminação que separe os sujeitos, por classes.

- Cunha (2000); Pinho (2007); Chauí (2003); Nóvoa (1992); Tardif (2002); Suanno (2015); André (2010); Gatti (2010); Pereira, Pinho & Pinho (2014) dialogam acerca da formação de professores para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental e o processo de avaliação educacional.

- Libâneo (2001, 2002 e 2008); Pimenta (2006) assinalam a dimensão do campo de atuação do pedagogo na atualidade e trazem a definição de pedagogo especialista e pedagogo escolar, na educação.

- Santos (2005) descreve sobre as avaliações do processo educativo, a formativa, a cumulativa, a diagnóstica, a somativa, a institucional, a autoavaliação, a cooperativa ou participativa, a ex- ante (diagnóstica), a ex-post (somativa), a in-processu (formativa), a educativa, a avaliação em grupo e avaliação na educação infantil.

- Perrenoud (1999), Santos (2005) e Abreu & Maseto (1990) indicam sobre o processo de avaliação educacional e as práticas pedagógicas.

- Freire (1986), Franco (2008) dialogam acerca do planejamento educacional.

- Sacristán (2000) afirma que o currículo é práxis, antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas.

Na pesquisa documental foram analisados o projeto político pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto (PPP/2018), disponibilizado em formato digital que discorre sobre o contexto histórico da escola, processo de avaliação, organização e estruturação da escola nos âmbitos, políticos, pedagógicos, financeiros e administrativos e documentos oficiais que regulam o processo de avaliação na educação básica e a formação de professores:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394/1996 que trata da avaliação na Educação Básica, no Artigo 24, inciso V.
- Plano Nacional de Educação (PNE/2014) que apresenta diretrizes, metas e estratégias para a educação no período de 10 (dez) anos, especificamente a meta 15 que trata da formação de professores.
- Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Campus Universitário de Miracema do Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins (PPC/2007) apresenta a formação base para a licenciatura em pedagogia docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), relatando que ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade.
- Plano Municipal de Educação de Miracema (2015) sinalizando a proposta da concepção sócio-interacionista, a ser adotada pela rede de ensino municipal.

A escolha da escola-campo se justifica pela organização pedagógica, administrativa e a acolhida dos professores para com os alunos na unidade escolar que foi conhecida por meio das atividades proporcionadas pelo PIBID, no ano de 2017.

E a delimitação do 5º ano se deu pelo fato que, esses alunos estão saindo dos anos iniciais e ingressando nos anos finais do ensino fundamental, completando um ciclo de aprendizado científico e que no ano subsequente irão migrar para outras escolas, visto que a unidade escolar oferta somente os anos iniciais do ensino fundamental.

Desse modo, entendemos que o processo de avaliação é fundamental nas turmas do 5º ano da escola campo, devido que os alunos no ano subsequente, além de migrarem para outras escolas, também irão passar para a segunda fase do ensino fundamental, que requer mais desenvoltura no desenvolvimento de habilidades e competências, especificamente envolvendo o processo de avaliação somativa.

3 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO COMO REORIENTAÇÃO PARA MELHORIA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A estrutura deste capítulo está dividida em três subtópicos, em que no primeiro deles traz como título: Contexto Histórico e Social da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, escola foco da pesquisa, em que aportamos em seu Projeto Político Pedagógico (PPP/2018). No segundo subtópico, tem como título: A relevância do currículo escolar para o processo de avaliação, em que iremos discorrer de forma objetiva acerca da avaliação e sua relevância no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado.

Para essas discussões abarcamos os conceitos de Lima; Costa & Silva (2017) que dialogam sobre a formação do currículo nas escolas brasileira; Arroyo (2001) que discorre sobre as mudanças e preocupações relacionadas às políticas e decisões dos governos; Veiga (2002), afirmando que o currículo é uma parte relevante da organização escolar e faz parte do projeto político pedagógico de cada escola; Projeto Político Pedagógico (PPP/2018) da escola-campo, relatando sobre o processo de avaliação da escola foco da pesquisa; Nascimento (2015) destacando que para a avaliação alcançar seus objetivos e metas precisa ser pensada e planejada antecipadamente.

No terceiro e último subtópico, tem como temática: O processo de avaliação e suas contribuições no desenvolvimento integral do estudante.

Para abordarmos essa temática tivemos como suporte teórico os seguintes autores: Freire (2002), lembrando que a avaliação formativa, tem seu foco no processo ensino-aprendizagem; Luckesi (1998) chamando a atenção para a importância de se adotar uma prática avaliativa diagnóstica; Hadji (2001), que define a avaliação formativa como sendo *aquela que se situa no centro da ação de formação* e também o PPP (2018) da escola-campo.

3.1 Contexto histórico e social da escola municipal de ensino fundamental Francisco Martins Nolêto

Para iniciarmos a descrição da escola, precisamos destacar que a construção desse texto partiu das análises do Projeto Político Pedagógico-PPP/Miracema (2018), da escola-campo: Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, localizada na cidade de Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins.

A referida unidade escolar está situada à Rua 30 s/nº no Setor Universitário em Miracema do Tocantins e possui uma área total de 17.928,41m² (dezessete mil, novecentos e vinte e oito metros e quarenta e um centímetros quadrados), sendo que a área construída é de 960,24m² (novecentos e sessenta metros e vinte e quatro centímetros quadrados), atendendo aos dispositivos que constam no Regimento Escolar Padrão do Município de Miracema do Tocantins (2013).

A escola oferta duas modalidades de educação básica, o Ensino Fundamental do 2º ao 5º ano distribuído em 17 turmas, sendo 15 (quinze) turmas do 2ª ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino e a Educação de Jovens e Adultos que oferta o 1º segmento caracterizado como ensino fundamental distribuído em 2 (duas) turmas no período noturno, a instituição conta com um total de 352 alunos matriculados no ano de 2018.

A instituição educacional foi concluída e equipada no ano de 1996, com o nome Professora Lourdes Solino, na administração do Prefeito Municipal Boanerges Moreira de Paula e da Secretária da Educação Maria de Lourdes Nolêto, com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com o Município de Miracema do Tocantins, por meio da Secretaria Municipal da Educação.

Sua criação se deu pela Lei Municipal nº 004/1997, da Câmara Municipal de Miracema do Tocantins, em 28 de fevereiro de 1997, sob a direção de Maria de Lourdes Dias Nolêto na administração do então Prefeito Municipal Ernesto Rotta Giordani, o qual ampliou a escola construindo mais um pavilhão com cinco salas sendo quatro de aula e uma para o laboratório de informática.

Em primeiro de janeiro de 2011 houve a transferência de responsabilidade administrativa e pedagógica do Estado para o Município, em que a escola foi recredenciada por um período de 05 anos por meio da Portaria Estadual nº 01/2011.

No ano de 2014, a escola passa a se chamar pelo nome atual conforme consta na Lei Municipal nº 359/2013 de 27 de setembro que *“dispõe sobre alteração e da denominação da Unidade ficando alterado para Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto”*. O nome da escola é uma homenagem ao senhor Francisco Martins Nolêto, por ter sido um dos pioneiros da cidade de Miracema do Tocantins. Nascido em 02 de setembro de 1916, no município de Pedro Afonso-TO.

Em 1930 mudou-se para o município de Riachão-MA, em que permaneceu com seus familiares até 1964, quando veio para o garimpo de Chiqueirão (hoje Xambioá-TO), no qual onde participou do início da fundação da cidade, permanecendo neste município até 1950. Seguindo então para o garimpo dos Piaus (hoje Pium -TO), sendo também pioneiro da

criação deste município, permanecendo na região até 1953, depois então seguiu para o Estado de Mato Grosso, no qual participou da criação do município de Poxoréu – MT.

A partir de 1956 chegou ao município de Miracema do Norte-GO, hoje Miracema do Tocantins-TO, no qual fixou residência e constituiu família, como pioneiro, permaneceu no município até os seus últimos dias de existência, quando veio a falecer em 20/02/1996. O pioneirismo do senhor Francisco Martins Nôleto contribui, sobretudo, para a consolidação histórica da cidade de Miracema do Tocantins, em seus aspectos políticos, sociais e culturais, por isso é considerado o patrono da escola.

Desde a sua criação em 1997, a escola contou com gestores comprometidos com a qualidade da educação, com base nos levantamentos históricos do PPP/Miracema (2018), a unidade de ensino atualmente encontra-se na 13ª (décima terceira) gestão, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1: Quadro de distribuição por ano de Gestão Escolar da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto, Miracema do Tocantins-TO, ano de 2018.

Ordem	Ano	Gestor(a)
1ª gestão	1997	Professora Maria de Lourdes Dias Nolêto
2ª gestão	1998/2001	Professora Suelene Maria da Silva Castanheira
3ª gestão	2001/2003	Professor Sérgio Ricardo Ramos Figueiredo
4ª gestão	2003/2006	Professora Elydia de Jesus Dias Milhomem
5ª gestão	2006	Professora Osneide Azevedo Cavalcante (fevereiro/2006 a abril/2006)
6ª gestão	2006/2007	Professora Regina Neta de Oliveira (maio/2006 a dezembro/2007)
7ª gestão	2008/2009	Professor Valdifran da Silva Coelho (janeiro/2008 a dezembro/2009)
8ª gestão	2010/2011	Professora Clerislene da Rocha Morais Nogueira (janeiro/2010 a janeiro/2011)
9ª gestão	2011/2012	Professor Mário Tavares de Lira Lima
10ª gestão	2013	Professora Francileide Rodrigues de Oliveira Ramos
11ª gestão	2014/2016	Professora Isenha Domeciana Maciel
12ª gestão	2017	Professor Uilton Augusto de Souza Cruz
13ª gestão	2018	Professora Marcineide Ramos Lima

Fonte: Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto. Projeto Político Pedagógico. 2018. Nota: Quadro elaborado pela autora.

A equipe pedagógica e administrativa é composta por 34 (trinta e quatro) servidores, 15 (quinze) professores e 19 (dezenove) administrativos distribuídos nos três turnos. A instituição é administrada por um grupo gestor, formado pelo Diretor, Secretária Geral; Orientação Educacional e Coordenadores Pedagógicos.

Exceto o gestor que tem que ser profissional de carreira da Rede Municipal de Ensino que é escolhido pelo voto direto, por meio de uma candidatura, a partir da abertura de um edital, amparado pela Lei Nº 11-A/2004, (Lei do Sistema de ensino de Miracema do Tocantins), e pelo Plano Municipal de Educação Lei Nº 409/2015, na Meta 19 que trata dos princípios de gestão democrática. Este por sua vez se candidata, devendo passar por duas etapas sendo a primeira apresentação de curriculum comprovado e plano de ação com as propostas de trabalho da sua gestão; o segundo a entrevista, realizada por uma comissão técnica da Secretaria Municipal de Educação, quando eleito o seu mandato é por um biênio.

O trabalho pedagógico é realizado por uma equipe formada por pedagogos e graduados em áreas afins, no intuito de desenvolver um acompanhamento assíduo junto aos professores e aos alunos.

A escola trabalha com a base curricular comum estabelecida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, acrescida de disciplinas sugeridas pela Secretaria Municipal de Educação de Miracema do Tocantins-TO.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, baseia-se em fundamentações teóricas e práticas, visando o despertar crítico sobre as ideologias dominantes, construindo sua própria filosofia baseando-se na verdade, posicionando-se de maneira justa perante os fatos, sejam de quais naturezas forem refletindo e buscando alternativas para a problemática existente de uma forma democrática e participativa.

Tal compromisso se manifesta pelos princípios que norteiam e pela compreensão que esta tem de categorias que embasam a prática educativa. Conforme o PPP/Miracema (2018), os princípios que norteiam esse compromisso são:

Filosófico – Reconhecimento da soberania de Deus, como criador e salvador, e respeito aos diversos credos.

Espirituais – Sobre o pressuposto de respeito à consciência individual, um procurar de interação do ensino e do trabalho escolar às diversas denominações religiosas manifestadas junto à comunidade escolar.

Étnico social e morais - Idoneidade da conduta e autenticidade da ação, honestidade e lealdade no trato com o semelhante, em respeito aos princípios democráticos baseados na prática da liberdade responsável.

Administrativo – Zelo nos compromissos das normas sociais, educativas e acatamento da filosofia dos objetivos e princípios da escola.

Psicopedagógico – Formação do educando em dimensão integral, valorização do potencial do binômio professor/aluno, por meio de métodos e técnicas renovadas e constantes buscas de aprimoramento.

Diante do contexto histórico e social da escola, é possível perceber que a escola por sua vez desenvolve os valores relacionados à ética, cidadania, solidariedade, a dedicação, a responsabilidade, a afetividade e o respeito à diversidade uma integração social onde os alunos possam desenvolver suas capacidades intelectuais, socioeducativas, sendo capazes de desenvolver situações-problemas no seu cotidiano.

3.2 A relevância do currículo escolar para processo de avaliação

Para discorrermos acerca dessa temática é relevante que iniciamos a partir de uma reflexão em torno da construção curricular existente nas escolas, e para abordarmos esse assunto referenciamos os pensamentos de Lima; Costa & Silva (2017), que ao discutir acerca do assunto afirmam que:

As preocupações com o currículo no Brasil iniciaram na década de 20 e foram construídas até 1980 com base na transferência instrumental de teorização americanas de viés funcionalista. A partir da Guerra Fria, ganharam força os questionamentos curriculares de tendências marxistas sendo: a pedagogia histórico-crítico¹ e a pedagogia do oprimido². (LIMA; COSTA & SILVA 2017, p. 147).

Ainda do ponto de vista dos autores supracitados, no que se refere ao assunto, estudar os currículos das escolas de educação básica, as práticas de gestão de currículos nos sistemas de ensino, nas escolas e no trabalho dos professores torna-se fundamental.

De igual modo, é preciso examinar os currículos dos cursos de formação de professores nas instituições públicas e privadas em todo o país, dada a diversidade em termos de projetos acadêmicos e em termos da qualidade da formação.

No que se refere às mudanças e preocupações relacionadas as políticas e decisões dos governos, Arroyo (2001), afirma que:

¹Pedagogia crítico-social dos conteúdos surgiu como uma versão da pedagogia histórico-crítica voltada para a didática. A denominação ficou conhecida com a publicação do livro Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos (Libâneo, 1985). Fonte: LIBÂNEO, José C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2008 (24^a. Ed.). 1^a. edição: 1985.

²Pedagogia do Oprimido O livro Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire traz à tona a questão da relação dialética (contradição) entre opressores versus oprimidos e de como é necessário uma práxis que possa orientar uma ação visando a superação dessas contradições. MEDEIROS, Alessandro M. (2014). Disponível em: <<https://www.sabedoripolitica.com.br/products/pedagogia-do-oprimido-resenha-critica/>>. Acesso em: jul. 2018.

Os professores da educação básica preocupam-se com as políticas e as decisões dos governos (não tanto quanto os governantes pensam), interessam-se um pouco pelo que se produz na academia sobre a escola, os currículos, as novas teorias, e a didática. Entretanto, as questões debatidas nos encontros e, sobretudo, nas reuniões pedagógicas dos professores, nos tempos de coordenação e de projetos na escola básica são outras. (ARROYO 2001, p.132).

Desse modo, somos levados a refletir que o processo de ensinagem na educação básica é uma prática social que parte da junção entre os sujeitos envolvidos, como os professores e alunos, incluindo assim a ação de ensinar e aprender no processo de parceria na construção do conhecimento. Para aperfeiçoar o processo de ensinagem se faz necessário uma organização do trabalho pedagógico, em que deve estar focado no desenvolvimento do aluno, ainda vale ressaltar que, o processo de ensinagem está totalmente ligado ao currículo escolar.

Veiga (2002), afiança que o currículo é uma parte importância da organização escolar e faz parte do Projeto Político Pedagógico de cada escola. Por isso esse deve ser pensado e refletido pelos sujeitos “que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente.” Assim, pensar o currículo é uma tarefa complexa e dinâmica. Pois ele movimenta-se e se constrói conforme a caracterização social, cultural, política e dinâmica de uma determinada sociedade, época. É uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que sua construção se efetive, visto que o currículo é uma questão tão importante no aspecto escola.

Para Vasconcelos (2000), o Projeto Político Pedagógico (PPP) é o plano global da instituição e pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se caracteriza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o instrumento usado para definir as linhas gerais, os anseios e os objetivos de uma Instituição, portanto, não é neutro, antes de ser pedagógico, é, sobretudo, essencialmente, político e define a linha que a escola deseja seguir.

Com relação ao currículo, Paro (2007), lembra que:

O currículo é extremamente importante como estratégia de aproximação com a realidade dos alunos. Pois, o sucesso da metodologia utilizada pela escola é medido através do progresso dos alunos no currículo, que na maioria das escolas é mensurado através de provas e notas. Porém, esse método tradicional de ensino e de avaliação já está sendo questionado, pois ao impô-lo divide os alunos entre uma minoria bem sucedida e uma maioria fadada ao fracasso. Para tanto, é preciso transformar o modo tradicional de ensinar e de avaliar que ainda domina o cotidiano nas salas de aula. (PARO, 2007, p. 152).

Em face da afirmação, defendemos que um currículo fundado na realidade social e pautado na capacidade de dialogar com os sujeitos educativos e com seus saberes, é necessária uma ação de natureza coletiva que envolva o diálogo entre os membros da comunidade escolar.

Conforme o PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, Miracema (2018), o processo de avaliação dos alunos dos 5º anos do ensino fundamental, baseia-se em fundamentações teóricas e práticas, visando o despertar crítico sobre as ideologias dominantes, construindo sua própria filosofia baseando-se na verdade, posicionando-se de maneira justa perante os fatos, sejam de quais naturezas forem, refletindo e buscando alternativas para a problemática existente de uma forma democrática e participativa.

Tal compromisso se manifesta, por um lado, pelos princípios que norteiam, por outro lado, pela compreensão que esta tem de categorias que embasam a prática educativa. Nesse sentido, conforme Lima; Costa & Silva (2017), *apud* Murt (2004), para a elaboração de um currículo fundado na realidade social e pautado na capacidade de dialogar com os sujeitos educativos e com seus saberes, é necessária uma ação de natureza coletiva que envolva o diálogo entre os membros da comunidade escolar (professores, coordenadores, gestores e alunos), a sociedade e a família.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, tem como meta desenvolver uma proposta pedagógica, cujo objetivo é oferecer um ensino de qualidade voltado para os princípios da moral, da ética e da vida, garantindo assim o acesso e a permanência do discente na escola. Desse modo, Lima; Costa & Silva (2017) reforçam que:

É necessário uma mudança na forma como o conteúdo é ensinado em escolas em desvantagem, ou seja, ter um currículo mais negociado com mais participação dos alunos na prática da sala de aula, sendo o professor um articulador nesse processo. De fato, quando o aluno participa da aula com sugestões e ações a aprendizagem se torna mais significativa. Essa mudança implica não somente na maneira de ensinar o conteúdo, mas no próprio conteúdo. (LIMA; COSTA & SILVA 2017, p. 152).

Atualmente, ainda é comum as organizações curriculares basearem-se no modelo linear disciplinar, isso pode ocorrer na medida em que as disciplinas escolares são interpretadas como disciplinas para fins de ensino.

Na organização das componentes escolares observamos que essa ocorre de maneira fragmentada e hierárquica, fazendo com que cada disciplina seja ensinada separadamente, e as que são consideradas de maior importância, em detrimento de outras

recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar e esse processo de multidisciplinaridade³ implica significativamente no processo avaliativo.

Desse modo, são comumente encontráveis professores excelentes em suas disciplinas e preocupados somente com elas a ponto de considerá-las mais importantes e até induzir o aluno a acreditarem que de fato uma disciplina é melhor e de maior valor que outra.

Nesse sentido, Nascimento (2015) observa que para que a avaliação alcance seus objetivos e metas precisa ser pensada e planejada antecipadamente, como também o currículo. Mas tanto o, currículo, quanto o planejamento as ações precisam ser flexíveis, já que estão totalmente atrelados à prática e possivelmente precisarão de alguns reajustes no decorrer do processo ensino-aprendizagem. Assim, ressaltamos que a avaliação é a própria prática educativa, e não uma parte dela. A verdadeira avaliação deve ser aquela que acontece no processo, construída principalmente, na autoavaliação e avaliação mútua.

Igualmente, como na vida a avaliação deve estar presente, porém mais bem planejada e direcionada, no cotidiano escolar, especificamente na sala de aula, uma vez que a avaliação pode ser conceituada como o ato ou efeito de julgar a qualidade, o valor ou eficiência de algum ou de todos os aspectos do processo de ensino e aprendizagem para saber se os objetivos propostos no planejamento estão sendo atingidos eficazmente.

3.3 O processo de avaliação e suas contribuições no desenvolvimento integral do aluno

Para apresentarmos esse tópico faz-se necessário iniciarmos a partir da etimologia da palavra *Avaliar*, para tanto aportamos no conceito de Luckesi (1995, p. 28) ao afirmar que a palavra avaliar vem do latim “*a+valere*”, que significa atribuir um juízo de valor.

Santos e Varela (2007, p.13) afirmam que a “avaliação escolar é um desafio que exige mudanças por parte do professor”. Mudança que requer muito estudo, reflexão e ação. Por isso, requer do (a) professor(a) a busca pela inovação, exige uma mudança na postura deste profissional tanto em relação à avaliação propriamente dita, à educação e a sociedade que o limita”. Dito isto, chamamos aqui a atenção para o fato de que avaliação escolar é um ponto fundamental no processo de ensino e aprendizagem, e que enfrenta vários problemas, exige reflexões sobre o que se pode ser feito ao avaliar, como também ao se fundamentarem as

³ A Multidisciplinaridade trata da integração de diferentes conteúdos de uma mesma disciplina, porém sem nenhuma preocupação de seus temas comuns sob sua própria ótica, articulando algumas vezes bibliografia, técnicas de ensino e procedimentos de avaliação de conteúdo. SILVA, Ítalo Batista da. Uma Pedagogia Multidisciplinar, Interdisciplinar ou Transdisciplinar para o Ensino/Aprendizagem da Física. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Educa/Educa173.pdf>>. Acesso em 16 setembro de 2018.

estratégias de mudança, somos chamados a refletir que a avaliação é um processo que vai além da observação do aspecto cognitivo do desempenho do aluno devendo dirigir-se à totalidade de seu desenvolvimento, à organização e distribuição de conhecimentos e habilidades disponíveis em um certo momento histórico.

Nesse sentido Gatti (2003) afiança que.

Para ter sentido, a avaliação em sala de aula deve ser bem fundamentada quanto a uma filosofia de ensino que o professor espouse. A partir dessa premissa, o professor pode acumular dados sobre alguns tipos de atividades, provas, questões ou itens ao longo do seu trabalho, criando um acervo de referência para suas atividades de avaliação dentro de seu processo de ensino. É de todo importante que o professor possa criar, e verificar no uso, atividades diversas que ensejem avaliação de processos de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de atitudes, de formas de estudo e trabalho, individual ou coletivamente, para utilizar no decorrer de suas aulas. Todo este trabalho de acumulação e tratamento progressivo de dados sobre meios avaliativos para sala de aula exige dele um certo tempo de dedicação, que pode ser maximizado e socializado se a escola dispuser de um horário compartilhado de trabalho entre os docentes, no qual essa questão seja trabalhada. (GATTI, 2003, p. 99).

Dessa forma, podemos pensar que avaliar é perceber-se, identificando-se na história, na leitura do contexto, nas reais necessidades e ter acesso a informações sobre o mundo e à possibilidade de articulá-las e organizá-las, pois o sujeito capaz e culto é o que consegue se situar no universo e não se separar dele. Mas para que de fato, o professor consiga avaliar dentro dessa perspectiva, faz-se necessário que “a avaliação em sala de aula seja bem fundamentada enquanto a uma filosofia de ensino que o professor espouse” como bem ressalta.

Parafrazeando Luckesi (2002), podemos pensar que a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica da ação.

Carvalho (2010) aponta que a avaliação deve ser baseada na análise do percurso de cada estudante de forma que esse possa ser avaliado tomando por parâmetro os objetivos que foram indicados, sem comparações.

Sendo assim, é preciso que a flexibilização/adaptação curricular esteja em ação e que esse aluno tenha um plano específico no qual constam as metas que se quer que ele alcance, pois, será a partir desses objetivos registrados que será construída a avaliação da aprendizagem. A avaliação escolar, em sentido lato, deve subsidiar o diagnóstico da situação em que se encontra o aluno, oferecendo recursos para orientá-lo a uma aprendizagem de

qualidade, por meio do ensino adequado, pois, “Avaliar significa identificar impasses e buscar soluções” (LUCKESI, 1996).

Em consonância com Luckesi, (1996), Vasconcelos (1998, p 43), se refere ao processo avaliativo em sentido amplo: “A Avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento”.

Ao analisarmos o PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, PPP/Miracema (2018) somos levados a refletir que a avaliação escolar integra o processo didático, portanto, não pode se resumir a conceitos formais e estatísticos; atribuição de notas que servirão para definir o avanço ou a retenção em determinadas disciplinas. Para tanto, devemos entender que a função da avaliação escolar no que se refere ao processo didático proposto no PPP da escola deve ser de contribuir para que os objetivos escolares sejam alcançados, diagnosticando as dificuldades e subsidiando novos formatos avaliativos.

Conforme o PPP/Miracema (2018), da escola-campo, dentre os métodos de avaliações utilizados com os alunos, a avaliação formativa é a principal delas.

No que se refere a esse tipo de avaliação, Freire (2002), reforça que “Avaliação Formativa, tem seu foco no processo ensino-aprendizagem”. O autor nos afirma ainda, que o objetivo desse tipo de avaliação “é melhorar o processo de ensino e aprendizagem mediante o uso de informações levantadas por meio da ação avaliativa”.

Luckesi (1998), chama a atenção para a importância de se adotar uma prática avaliativa diagnóstica. O autor vai ainda mais longe ao afirmar que tal atitude não acontece pelo fato de não haver interesse do sistema social e educacional na aprendizagem efetiva do educando. Nesse sentido, corrobora Hadji (2001, p. 3), que define a avaliação formativa como sendo “aquela que se situa no centro da ação de formação. É a avaliação que proporciona o levantamento de informações úteis à regulação do processo ensino – aprendizagem, contribuindo para a efetivação da atividade de ensino. ”

Para tanto discutir sobre avaliação diagnóstica é pensar acerca da vida cotidiana de um sujeito, a fim de se buscar conhecimento da realidade por meio da observação, diálogo e do desenvolvimento de estratégias que possibilitem a caracterização dos espaços, dos sujeitos, das condições em que esse sujeito vive, do que ele sabe e quais as habilidades desse sujeito, para a partir desses pontos de observações buscar desenvolver outros métodos

avaliativos, e assim, alcançar os objetivos traçados para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 quando trata da avaliação na Educação Básica, no Artigo 24, inciso V, diz:

A verificação do rendimento escolar observará o seguinte item:

a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais; [...]. (BRASIL, 1996).

Assim, indica que os aspectos qualitativos devem ser observados na verificação do rendimento escolar durante todo o processo educativo e que a avaliação quantitativa, não deve ser a primazia no desempenho escolar do aluno.

De acordo com o PPP da escola-campo, com a avaliação dos conteúdos, o trabalho pedagógico da unidade escolar pretende desenvolver a capacidade de uso da linguagem oral e escrita em situações múltiplas, ampliando a compreensão, a interpretação e a análise dos diversos textos existentes, respeitando as variedades linguísticas e tendo a leitura como fonte de informação e ampliação de seu conhecimento.

Nesse sentido, Freire (2002), afirma que.

Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos (...) É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. (FREIRE, 2002, p. 17-19)

Nesse direcionamento, ensinar requer aceitar os riscos do desafio do novo, enquanto inovador, enriquecedor, e rejeitar quaisquer formas de discriminação que separe as pessoas em raça, e classes. É ter certeza de que faz parte de um processo inconcluso, apesar de saber que o ser humano é um ser condicionado, portanto há sempre possibilidades de interferir na realidade a fim de modificá-la, acima de tudo, “ensinar exige respeito à autonomia do educando”.

As discussões acerca da avaliação escolar permeiam nos processos pedagógicos, nos tempos da escola, no currículo, na avaliação e, principalmente, na formação dos professores para que reflitam sobre a relevância da avaliação somativa, em sua prática pedagógica objetivando consolidar a qualidade do ensino e a aprendizagem.

A avaliação é um recurso valioso para captar parâmetros que podem ser decisivos para redirecionar o percurso da construção de conhecimento é um ato que leva o professor a

ter uma tomada de decisões, além de desenvolver juízos de valor, distinguir informações e razões relevantes das não relevantes, determinar a credibilidade das informações, reconhecerem inconsistências lógicas, identificar falácias lógicas e a fortaleza de um argumento, sendo de extrema relevância também para o professor reavaliar o seu trabalho.

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NOS ANOS INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Essa seção está estruturada em dois tópicos, em que no primeiro traz como título: O Curso de Pedagogia como formador de professores para atuar nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, o mesmo foi estruturado em duas partes, e a primeira discorre sobre: O curso de pedagogia e a formação de professores.

Para discorrermos acerca dessa temática tivemos como aporte teórico os seguintes autores: Cunha (2000) que nos traz a observação de que o panorama educacional brasileiro atual revela uma característica tão insólita quanto persistente em sua estrutura, e que no ensino superior, as universidades convivem com uma grande quantidade de instituições de pequeno porte; Pinho (2007) afirmando que com a criação do Estado do Tocantins em 1988, despertou na sociedade tocantinense, em geral, e nos profissionais da educação, em particular, o desejo de uma universidade pública para o Estado.

Chauí (2003) reforçando que “a educação é inseparável da formação e é por isso que ela só pode ser permanente”; Nóvoa (1992) afirmando que a formação quase nunca conduz, diretamente, à ação inovadora, e é preciso ter consciência deste fato; Tardif (2002) trazendo os conhecimentos especializados, nos quais alguns derivam dos saberes científicos, devendo ser adquiridos através de uma longa formação de alto nível, na maioria das vezes, de natureza universitária que no caso seria a formação inicial; Suanno (2015) que compreende a universidade como instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da problematização, da crítica e da inovação, dentre outros que discorrem a respeito do assunto.

A segunda parte discute sobre: *A atuação do Pedagogo nos cinco primeiros anos do ensino fundamental*. Tivemos como apoio os seguintes teóricos: Libâneo (2002) assinalando a dimensão do campo de atuação do pedagogo na atualidade; Pimenta (2006) trazendo a definição de Pedagogo Especialista e Pedagogo Escolar.

Também analisamos ainda, os seguintes documentos: A Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9.394/1996 e o Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, Miracema do Tocantins-TO, (2018).

O segundo tópico traz como tema: *O processo de avaliação educacional e as práticas pedagógicas* e tivemos como aporte os seguintes teóricos: Luckesi, (1999) trazendo uma reflexão sobre a prática avaliativa; Santos (2005) nos afirmando que há inúmeras

definições de avaliação educacional afirmando ainda que a avaliação não é um episódio ou um fato isolado, mas um processo; Abreu & Maseto (1990) chamando a atenção para os quesitos que devem conter no processo avaliativo, dentre outros autores.

Ainda conta em sua estrutura, uma parte que traz como título: *Alguns tipos de avaliação citados na literatura pedagógica*. Para descrever acerca do tema tivemos como teórico principal Santos (2005) que descreve os principais tipos de avaliação citadas na literatura pedagógica, dentre outros autores que descrevem sobre a temática.

4.1 O curso de pedagogia como formador de professores para atuar nos cinco primeiros anos do ensino fundamental

No que se refere ao curso de pedagogia como formador de professores, devemos refletir que as políticas de educação superior no país no período mais recente após o ano de 1995 remetem a um processo de franca expansão deste nível educacional.

Nesse sentido, Cunha (2000), no texto “Ensino Superior e Universidade no Brasil” traz a observação de que o panorama educacional brasileiro atual revela uma característica tão insólita quanto persistente em sua estrutura: no ensino superior, as universidades convivem com uma grande quantidade de instituições de pequeno porte.

Estas são em geral instituições especializadas, credenciadas pelo governo federal para conferir diplomas nas mais diversas especialidades, em igualdade de condições com as instituições propriamente universitárias. Chama também a atenção do observador a dependência prática das universidades públicas diante do Estado, apesar dos valores proclamados, ao contrário de suas congêneres privadas, que são, sim, autônomas (CUNHA, 2000, p. 151).

Ainda do ponto de vista do autor supracitado, o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos e, no século XVIII, também de mineradores, Cunha, (2000, p. 152). De acordo com Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - PPC-Pedagogia UFT, Miracema (2007).

No Brasil, o Curso de Pedagogia, ao longo de sua história, teve definido como seu objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos escolares e não-escolares, sobretudo, a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional. Merece ser salientado que, nas primeiras propostas para este

Curso, a ele se atribuiu o “estudo da forma de ensinar”. Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei nº 1.190/1939⁴, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação”. (MIRACEMA, 2007, p. 8).

O cenário da formação docente no país começou a mudar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) Nº 9.394/1996 que estabeleceu a formação superior como condição para lecionar. O Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, traz diretrizes, metas e estratégias para a educação no período de 10 (dez) anos, com isto, todos os estados e municípios tiveram que elaborar seus planos de educação. Com base nos dados do Observatório do (PNE/2014-2024), a Meta 15, tem a seguinte redação:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (PNE/2014-2024)

Ainda sobre o assunto, e em atendimento ao que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/1996, desde o ano de 2001, conforme o Plano Estadual de Educação- PEE/ Tocantins (2006-2015), havia no Estado do Tocantins a oferta de dois cursos específicos para a formação inicial de professores: Pedagogia e Normal Superior, cuja realização se deu em parceria com a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS).

Pinho (2007, p, 60-61), relata que com a criação do Estado do Tocantins em 1988, despertou na sociedade tocantinense, em geral, e nos profissionais da educação, em particular, o desejo de uma universidade pública para o Estado. E oficialmente, no dia 21 de fevereiro de 1990, o governador José Wilson Siqueira Campos promulgou o Decreto nº 252/90 criando a Universidade Estadual do Tocantins -Unitins.

Em conformidade com a Lei nº 136/1990, foi instituída a Fundação Universidade do Tocantins, cujo funcionamento foi autorizado pelo Decreto nº 2.021, de 27 de dezembro de 1990, e cuja instalação se deu no mesmo mês na cidade de Miracema do Tocantins.

No que diz respeito à criação e implantação da Universidade Federal do Tocantins, Pinho (2007, p. 63), afiança que em 19 de junho de 2000, o governador José Wilson Siqueira Campos sancionou a Lei nº 1.160, que determinava a passagem da Unitins

⁴Leia sobre em: Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 1.190, DE 4 DE ABRIL DE 1939 - Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>.

ao âmbito federal. [...] e no dia 23 de outubro de 2000 a Lei nº 10.032/2000 promulgou e autorizou a instalação da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Por meio do Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002 foi atribuída à Universidade de Brasília a responsabilidade pela implementação da UFT, que veio a ser implantada somente em 2003.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC/2007), da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, a UFT foi criada no formato multicampi configurando numa grande conquista da sociedade civil e política tocantinense. Sua concretização efetiva, nos âmbitos acadêmico e administrativo, se objetivou a partir do ano de 2003, quando da realização do primeiro concurso público para docentes, a eleição direta para reitor e vice-reitor e a instalação dos órgãos da gestão administrativa (Pró-Reitorias) e também, a concretização do processo de federalização da universidade.

Pinho (2007), no que se refere a formação de professores reforça que é, sem dúvida, um desafio para a União, os Estados e os Municípios, cujas políticas devem priorizar a formação inicial, ampliar o acesso dos professores às instituições de ensino superior e implementar um sistema de formação continuada para aqueles que detêm o grau superior como forma de superar o alto índice de docentes sem habilitação atuando na educação básica.

Neste sentido, Suanno (2015, p. 167) em consonância com Pinho (2007), compreende a universidade como instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da problematização, da crítica e da inovação, instituição que deveria intencionalmente buscar se sustentar no tripé ensino, pesquisa e extensão, por meio de gestão dialógica, com ampla valorização dos cidadãos.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, Miracema do Tocantins (2018) ressalta que:

É necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada ele poderá melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada a sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo. (MIRACEMA DO TOCANTINS, 2018, p.48).

André (2010, p. 175), *apud* Garcia (1999, p. 26), define como objeto da formação docente “os processos de formação inicial ou continuada, que possibilitam aos professores adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades, disposições para exercer sua atividade docente, de modo a melhorar a qualidade da educação que seus alunos recebem”. Dito isto, somos levadas a refletir que, o profissional não basta ter uma formação inicial, e que

tão importante quanto essa formação para o desenvolvimento profissional é também a formação continuada, que deverá ser articulada a um processo de valorização profissional dos professores de maneira a reconhecer a docência como um campo de conhecimentos específicos. E compreendendo que a identidade do professor é também profissional, ou seja, a docência constitui um campo específico de intervenção profissional na prática social.

Desse modo, a formação de professores não pode ficar limitada aos conteúdos curriculares, disciplinas e estratégias a serem adotadas, mas também aos processos de aprendizagem e às práticas pedagógicas, considerando as experiências, as vivências docentes e as histórias de vida pessoal e profissional; estimulando o educador a encontrar em si um professor interno, seu protagonismo e sua alma docente, e potencializando sua autotransformação e autorrealização, subsidiado pela sua própria matriz pedagógica.

Em consonância a esse pensamento, Chauí (2003, p. 11), afirma que “a educação é inseparável da formação e é por isso que ela só pode ser permanente”. [...] se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado e os municípios não tomem a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político.

No que concerne à formação de professores, Gatti (2010), afirma que.

É necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As emendas já são muitas. A fragmentação formativa é clara. É preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo precípuo. A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil. A forte tradição disciplinar que marca entre nós a identidade docente e orienta os futuros professores em sua formação a se afinarem mais com as demandas provenientes da sua área específica de conhecimento do que com as demandas gerais da escola básica, leva não só as entidades profissionais como até as científicas a oporem resistências às soluções de caráter interdisciplinar para o currículo [...] (GATTI, 2010, p. 1375).

Ao que se refere a formação de professores, podemos pensar que o curso de Pedagogia, deverá formar o pedagogo que tem no fenômeno educativo ou na prática pedagógica intencional ocorrido dentro ou fora do sistema escolar, o seu eixo fundamental de atuação. Esse profissional deve ter conhecimentos e competências para entender, analisar, efetivar, diagnosticar, redefinir a prática pedagógica, enquanto atividade criadora e comprometida, que possa levar o ser humano realizar suas potencialidades e a atingir a plenitude da cidadania.

Conforme Guimarães e Reis (2015), o objetivo da formação inicial, de acordo com os princípios e lógicas organizativas oficiais, é tornar os futuros professores capazes de organizar processos de ensino e aprendizagem que contribuam para melhoria dos níveis de desenvolvimento social e cultural das comunidades em que se interagem.

Para Pereira; Pinho & Pinho, (2014).

A formação de professores, entendida em sua dimensão social, deve ser tratada como um direito e como um processo inicial e continuado capaz de dar respostas aos desafios do cotidiano escolar, da contemporaneidade e do avanço tecnológico. Por esse viés, entendemos que tal formação assume uma posição de inacabamento vinculado a uma formação permanente que proporcione a preparação profissional. (PEREIRA; PINHO & PINHO, 2014, p. 1).

Para tanto, devemos considerar como importante destacar que pesquisas sobre formação de professores apontam para uma revisão da compreensão da prática pedagógica do professor, que é tomado como mobilizador de saberes profissionais. Considera-se, assim, que este, em sua trajetória, constrói e reconstrói seus conhecimentos conforme a necessidade de utilização dos mesmos, suas experiências, seus percursos formativos e profissionais.

Na visão de Nóvoa (1992), a formação quase nunca conduz, diretamente, à ação inovadora, e é preciso ter consciência deste fato, se não quisermos cair em mistificações que nos dificultam uma apropriação interveniente das realidades educacionais.

[...] a formação contínua é entendida como um processo educativo permanente de (des)construção de conceitos e práticas para corresponder às exigências do trabalho e da profissão docente, inserindo-se, não como substituição, negação ou mesmo complementação da formação inicial, mas como um espaço de desenvolvimento ao longo da vida profissional do professor, comportando objetivos, conteúdos, formas organizativas diferentes daquela, e que tem seu campo de atuação em outro contexto. (NÓVOA, 1992, p. 29).

Dessa maneira, os professores necessitam refletir sobre a sua prática pedagógica buscando aperfeiçoar o seu trabalho pedagógico por meio de formações continuadas, por outro lado, a unidade escolar deve fomentar essa busca de maneira efetiva e proporcionado aos professores formas e conteúdos diferentes daquelas as quais atuam em seu contexto.

A formação continuada é uma das formas de valorização do profissional em que o gestor pode e deve colaborar com o professor levando-o a refletir sobre sua posição, bem como dar suporte pedagógico e administrativo para o seu aperfeiçoamento.

Na visão de Tardif (2002), os conhecimentos especializados, nos quais alguns derivam dos saberes científicos, devem ser adquiridos através de uma longa formação de alto nível, na maioria das vezes, de natureza universitária que no caso seria a formação inicial.

Essa formação é sancionada por um diploma que possibilita o acesso a um título profissional, título esse que protege um determinado território profissional contra a invasão dos não diplomados e dos outros profissionais.

Para dialogarmos sobre formação de professores, é necessário refletirmos que o conhecimento desse profissional não se deve restringir ao instrumental técnico, pois, o processo de construção do conhecimento e formação profissional docente seja produto de um processo da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão na universidade.

E, ainda, que o saber docente se externalize mediante uma prática na qual se deve considerar o domínio de conteúdo, de metodologias ou técnicas de ensino, explicitando o processo de reflexão e a construção da prática pedagógica e a identidade profissional, com uma base ética, política e de valores humanos.

4.2 A atuação do Pedagogo nos cinco primeiros anos do ensino fundamental

Para iniciarmos essa discussão pensamos ser de grande relevância conceituar o termo pedagogo, para tanto, Libâneo, (2001), afirma que.

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista o objetivo de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2001, p. 161)

No que se refere a pedagogo, podemos pensar que o desenvolvimento profissional deste, caracteriza-se por ser um processo complexo, multidimensional, contínuo, construído por meio da relação reflexiva entre teoria experiência, que demanda tempo, amadurecimento, conhecimentos, sabedoria, identidade profissional e engajamento com a categoria.

O processo de desenvolvimento profissional deve levar em conta a pessoa do professor, sua história de vida, suas representações, crenças, preconceitos, desejos, motivações, contextos, condições de trabalho, dentre outros, a fim de possibilitar que o professor desenvolva a si mesmo com pessoa e como profissional, para assim, contribuir para o desenvolvimento da qualidade das aprendizagens dos alunos.

Libâneo (2008) afirma que um dos compromissos do pedagogo, na escola, é participar da construção da proposta político-pedagógica, documento que apresenta toda a organização do trabalho pedagógico da instituição e que precisa ser construído considerando os interesses e perspectivas de todos os envolvidos, ou seja: direção, professores, funcionários, alunos, pais/responsáveis. É importante considerar que “a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola”.

A reflexão acerca do trabalho docente, e dos processos vivenciados por esse profissional requer a compreensão da escola como um espaço de trabalho e dos professores como profissionais historicamente situados e inseridos nas relações de produção em um contexto permeado pelo modo capitalista de produção.

Dessa forma, o trabalho docente deve ser compreendido como um processo humano concreto, determinados pelas formas históricas de produção e reprodução da existência, inseridos em um contexto mais amplo das relações de trabalho.

Como se percebe ao longo da história, as discussões em torno da problemática do profissional docente, necessita ir além, até mesmo da questão da formação profissional, buscando articular as discussões e reflexões dos profissionais envolvidos com a educação para avançar na construção da identidade de classe. Com relação à atuação do pedagogo escolar, assim ressalta Libâneo (2002):

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula [...] na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos [...] na vinculação entre as áreas de conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula [...] considerando – se a variedade de níveis de atuação do profissional pedagogo, a que se convir que os problemas, os modos de atuação e os requisitos de exercício profissional nesses níveis não são necessariamente da mesma natureza, ainda que todos sejam modalidades de práticas pedagógicas. (LIBÂNEO, 2002, p. 61):

No que diz respeito ao pedagogo especialista, e escolar Pimenta (2006), traz a seguinte definição:

Pedagogo Especialista aquele profissional que atua nos “sistemas escolares, movimentos sociais, organizações comunitárias, empresas, sindicatos, áreas de saúde, instituições culturais.”
Pedagogo Escolar é aquele que atua diretamente na docência frente a ações prática da sala de aula e demais seguimentos escolares como gestão e coordenação. (PIMENTA, 2006, p. 76),

No que se refere à dimensão do campo de atuação do pedagogo na atualidade Libâneo (2002) assinala que é bastante amplo e vai muito além das ações escolares, podendo ser definido por dois segmentos: “escolar e não escolar”.

O segmento “escolar” caracteriza-se pelo trabalho docente desenvolvido em sala de aula, bem como na gestão escolar, supervisão e coordenação do trabalho pedagógico direcionada ao ensino e aprendizagem na escola.

Enquanto que a ação não escolar se refere a todo trabalho desenvolvido fora do ambiente escolar, mas com caráter pedagógico. Ainda do ponto de vista do autor supracitado, “todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente.” A resolução do Curso de Pedagogia Brasil (2006) é contundente quando afirma que a principal referência da formação do profissional de pedagogia é a docência.

A esse respeito Libâneo (2002) afirma que.

O curso de pedagogia é o que forma o pedagogo *stricto sensu*, um profissional não diretamente docente que lida com fatos, estruturas [...], situações referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações.

Obviamente, todo docente pode ser um bom administrador escolar, um bom supervisor de ensino, desde que tenha domínio de conhecimento especializado nesta área. Tanto o administrador escolar como a supervisão e outros campos do trabalho contêm peculiaridades teóricas e práticas que requerem conhecimentos e habilidades específicas. (LIBÂNEO, 2002, p.45 - 62).

Assim, a formação de docente no Brasil inicia-se com o processo de estatização da educação e evidencia uma relação de interdependência entre questões relativas ao trabalho, à profissão e à formação. Nessa discussão deve haver a consonância entre professores e pesquisadores acerca do fato de que não se pode desconsiderar as questões específicas da profissão, tampouco negligenciar o contexto sociopolítico em que ela se desenvolve.

Para tanto, a organização curricular que deverá conta da formação do pedagogo para atuar no ensino, na gestão e na pesquisa educacional baseia-se na concepção de que a formação deverá proporcionar uma visão ampla e aprofundada dos processos educativos, buscando a unidade teoria e prática.

A Resolução CNE/CP Nº 1/2006, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, versa que:

Artigo 1º. A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais e evidencia uma relação para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de

ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP N.º 5/2005 e 3/2006.

Artigo 2º. As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006)

Parafraseando a resolução supracitada, vale destacar que a formação do pedagogo tem como princípio básico, atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, visando à consolidação da produção do conhecimento, bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Dessa forma, o Curso de Pedagogia visa à formação humana e a qualificação de profissional da educação, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional virá a atuar.

Nesse sentido Pimenta (1997, p. 7), nos leva a refletir que uma identidade profissional se constrói, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Como, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas.

O Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, PPP/Miracema (2018), afirma que os professores com apoio da equipe pedagógica procuram planejar suas aulas inserindo as tecnologias; utilizam ainda os espaços ociosos existentes na escola, realiza atividades fora da escola por meio de parcerias.

Diante disso, o professor também utiliza “o tempo para exercer sua formação continuada dentro do ambiente escolar, participar de cursos e palestras de formação continuada, preparar suas aulas, diários, avaliações, atividades didáticas e acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação”. (PPP/Miracema, 2018, p. 26).

Desse modo, discorrer sobre significação social da profissão é pensar que o exercício da docência exige não só um amplo lastro de saberes, mas sobretudo uma aprendizagem contínua, que por sua vez deve ser alicerçada no aporte de saberes do professor. Vale ressaltar, que se considerarmos a formação de professores um conjunto que unifica os saberes valorizando o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, poderemos mais facilmente constituir a identidade do professor.

Assim ressaltamos que a identidade profissional se adapta e se desenvolve ao contexto social, político e histórico em que o professor está inserido.

Conforme Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - PPC-Pedagogia UFT, Miracema (2007).

A formação dos profissionais da educação, no Curso de Pedagogia, passou a constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no País. Enfatiza-se, ainda, que grande parte dos cursos de Pedagogia, hoje, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, organização e desenvolvimento de programas não-escolares bem como na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. (MIRACEMA, 2007, p. 12).

Ainda de acordo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - PPC-Pedagogia UFT, Miracema (2007). O campo de atuação do licenciado em Pedagogia é composto por três dimensões a seguir:

Docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;

Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;

Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. (MIRACEMA, 2007, p. 12).

Sendo assim, destacamos que as atividades educacionais têm se tornado cada vez mais vastas devido às transformações sociais, econômicas e cultural que a sociedade atual tem sofrido, o que nos leva a perceber que as exigências para com o profissional da educação têm aumentado significativamente trazendo novos desafios e por sua vez exigindo da formação do pedagogo conhecimentos e habilidades especializadas.

4.3 O processo de avaliação educacional e as práticas pedagógicas

Para discorrermos acerca dessa temática é relevante iniciarmos a partir de uma reflexão em torno da palavra *avaliar*, que de acordo com o dicionário Unificado da Língua Portuguesa (2009), avaliação consiste em “ato ou efeito de avaliar; apreciação ou cálculo do valor de um bem; estimativa valor atribuído pelo avaliador”.

Do francês *Évaluer*, ela vem do latim *valere*, “ter saúde, vigor, força, ter e ser de valor”, resultou em Português, entre outras, em “valia”, da qual se formou “avaliar”.

Para Perrenoud (1999), avaliar é.

Criar hierarquias de excelência em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do Secundário, a orientação para diversos tipos de estudo, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, frequentemente, a contratação. Avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros. (PERRENOUD, 1999, p. 9)

No que diz respeito a prática pedagógica da avaliação da aprendizagem, visando à melhoria do processo educacional, Luckesi (2002), ressalta que.

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. (...) A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível (LUCKESI, 2002, p. 18).

Luckesi (1999, p. 34) reflete que “a atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente”. Ressalta também que do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior.

A partir dos pensamentos de Luckesi, (1999, p. 34), quando faz a afirmativa acima, e buscando melhor compreensão acerca do assunto, buscamos embasamento em Santos (2005), que nos afirma que “há inúmeras definições de avaliação educacional, e ressalta que sem entrar muito em detalhes ou considerações muito amplas, é possível conceitua-las como o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino e aprendizagem. ”

Para tanto, que a avaliação educacional, deverá ser realizada visando a exatidão da reprodução dos conteúdos, a mesma pode ter um fim em si mesma e as notas obtidas funcionam, perante a sociedade como níveis de aquisição do conhecimento. Partindo do pressuposto de que o aluno progride em seu ritmo próprio, em pequenos passos, sem cometer erros, a avaliação consiste em constatar se ele atingiu os objetivos propostos em cada etapa.

Ainda sobre o assunto, Santos (2005) relata que o julgamento, para ser o mais correto possível, deve estar embasado em informações confiáveis que conduzam ao conhecimento do nível de escolaridade do aluno.

Complementa ainda que “a avaliação do nível dos conhecimentos do aluno, assim como da quantidade e da qualidade desses conhecimentos, dependem da análise das variáveis que intervêm no processo de ensino e aprendizagem”. O autor ressalta, que esse tipo de avaliação é feito a fim de se poder formar um juízo de valor sobre o desempenho do aluno para a conseqüente tomada de decisão. Para Santos (2005), a avaliação define-se em:

Não é um episódio ou um fato isolado, mas um processo; é um fim em si mesmo, mas um meio que tem como referências a missão, os fins, os objetivos e metas de uma instituição empresarial ou educacional e se constitui em uma excelente ferramenta para o planejamento, o replanejamento e a gestão, pois reforça o paradigma qualitativo e atende à legislação em vigor. (SANTOS, 2005, p. 22).

O autor reforça ainda, que no caso específico da educação, a avaliação pode ser considerada a apreciação da qualidade e da eficiência do sistema de ensino como um todo ou em parte dele e também o processo pelo qual se compara o comportamento que os alunos manifestam em dado momento diante dos objetivos propostos nos planos de ensino ou nos de aula. A partir das considerações anteriores acerca da temática aqui proposta e com a intenção de trazer uma melhor discussão é possível definir alguns pontos importantes a partir da teoria de Abreu & Maseto (1990), esses autores ressaltam que o processo de avaliação deve ser:

- ✓ Relacionado com a aprendizagem;
- ✓ Pensado, planejado e realizado de forma coerente e conseqüente com os objetivos propostos para aprendizagem;
- ✓ Permitir um contínuo reiniciar do processo de aprendizagem até atingir os objetivos finais;
- ✓ Estar voltado para o desempenho do aluno;
- ✓ Incidir, também, sobre o professor e o plano de ensino;
- ✓ Exigir observação e registro por parte do professor do aluno;
- ✓ Conter tanto a avaliação feita por outros, como a auto avaliação.

Desse modo, Vasconcellos (2005) explica que não há como abolir a avaliação, nesse caso, não se conheceria as dificuldades do aluno, por não haver uma avaliação contínua do processo e o professor não teria como ajudá-los. Esclarece que é uma crítica ao uso corrente da prova num momento sacramentado e destacado, ou seja, desvinculada do processo ensino e aprendizagem.

4.3.1 Alguns tipos de avaliação citados na literatura pedagógica

Para descrevermos a respeito dos tipos de avaliações usamos como suporte bibliográfico Santos (2005), que descreve sobre as seguintes avaliações: Formativa; cumulativa; diagnóstica; somativa; institucional; autoavaliação; cooperativa ou participativa; ex- ante (diagnóstica); ex-post (somativa); in-processu (formativa); educativa; em grupo; e avaliação na educação infantil.

✓ **Formativa:** segundo o autor sua função é verificar se os objetivos estabelecidos para a aprendizagem foram atingidos, seu propósito fundamental é verificar se o aluno está conseguindo dominar gradativamente os objetivos previstos, expressos sob a forma de conhecimentos, habilidades e atitudes. É realizada durante o processo de ensino e aprendizagem e objetiva oferecer um acompanhamento efetivo de seu desempenho, permitindo alterações ao longo do curso. Assim, esse tipo de avaliação procura identificar as insuficiências na aprendizagem durante o processo, com a função do controle de qualidade do trabalho escolar.

Segundo Hadji (2001), avaliação formativa é aquela que se situa no centro da ação de formação. É a avaliação que proporciona o levantamento de informações úteis à regulação do processo ensino e aprendizagem, contribuindo para a efetivação da atividade de ensino.

✓ **Cumulativa:** É um tipo de avaliação que permite a estocagem de dados obtidos por meio do acompanhamento sistêmico da aprendizagem. É aquela que leva em conta os resultados precedentes, que em linguagem de informática, poderia ser comparada a um banco de dados do desempenho do aluno para ser utilizado no momento oportuno.

✓ **Diagnóstica:** é a avaliação que ajuda a detectar o que cada aluno aprendeu ao longo dos períodos anteriores, especificando sua bagagem cognitiva, para auxiliar o professor a determinar quais conhecimentos e habilidades devem ser retomadas antes de serem introduzidos os novos conteúdos previstos nos planos de ensino e de aula. Essa avaliação deverá ocorrer antes do começo do processo e tem como objetivo estabelecer as necessidades iniciais e subsidiar o planejamento das ações.

A Coleta e definição de dados têm a finalidade de determinar as necessidades educacionais que o currículo deve satisfazer. A verificação, no aluno, da presença ou da ausência de habilidades e requisitos para aprender algo novo e assim, identificar as prováveis causas das dificuldades do aprendizado, também pode ser entendida como a sondagem feita pelo professor para saber se o aluno apresenta pré-requisitos indispensáveis, em termos de

conhecimentos e habilidades, para as diferentes experiências de aprendizagem propostas nos planos.

✓ Somativa: É realizada no sistema escolar seriado, em que o aluno é promovido de uma série para outra ou em um curso para outro de acordo com o aproveitamento alcançado nos componentes curriculares estudados. É utilizada com o propósito de atribuir uma nota ou um conceito para fins de promoção e tem função classificatória, isto é, consiste em classificar os resultados obtidos pelo aluno ao final de um semestre, ano ou curso tendo por base os níveis de aproveitamento preestabelecidos. Resulta em tomada de decisão como certificação, interrupção ou continuidade do processo educacional, podendo oferecer novas bases para sua reformulação, e também serve para julgar e classificar o aluno segundo seu aproveitamento ao final de uma unidade, semestre, série ou curso.

✓ Institucional: É a avaliação sistêmica que permite captar informações sobre o objeto avaliado para compará-lo com um marco de referência e, a partir dessa comparação, emitir juízos de valor e propor alternativas para tomar decisões com vistas à melhoria daquele objeto.

✓ Autoavaliação: essa avaliação segundo o autor ocorre quando o aluno participa de modo ativo de sua própria avaliação para ter ciência de seu desempenho e refletir conscientemente sobre como alcançar a melhoria de sua aprendizagem.

Para Régnier (2002), a autoavaliação é:

Um processo cognitivo complexo pelo qual um indivíduo (aprendiz, professor) faz um julgamento voluntário e consciente por si mesmo e para si mesmo, com o objetivo de um melhor conhecimento pessoal, da regulação de sua ação ou de suas condutas, do aperfeiçoamento da eficácia de suas ações, do desenvolvimento cognitivo. (RÉGNIER, 2002, p. 5),

✓ Cooperativa ou participativa: Essa avaliação é realizada com a colaboração de professores, orientadores, supervisores, pais de alunos e os próprios alunos.

✓ Ex-ante (diagnóstica): É feita antes da execução de um plano de ensino ou de aula a fim de se decidir quanto à viabilidade de sua aplicação. Dela devem constar objetivos, conteúdo, metodologia e os procedimentos avaliativos previstos, além de estimativas de tempo, recursos e demais operações necessárias à execução do plano ou projeto.

✓ Ex-post (somativa): O mesmo que avaliação do produto, é feita após a aplicação do plano de ensino. Compara os resultados com o que foi proposto, reunindo as informações das avaliações diagnóstica, ex-ante e in-processu.

✓ In-processu (formativo): É feita durante a aplicação do plano de ensino. Visa detectar se as operações estão ocorrendo tal como forma previstas ou se houve alterações.

✓ Educativa: É um processo complexo que começa com a formulação de objetivos e requer a elaboração de meios para obter evidencia de resultados, interpretação dos resultados para saber em que medida foram os objetos alcançados para a formulação de um juiz de valor.

✓ Em grupo: É a avaliação dos trabalhos do aluno em equipe. Pode ser feito pelo grupo, daí a expressão que a define, ou por meio de qualquer atividade discursiva na qual um grupo analise e avalie sua atividade, seu progresso e seu rendimento.

✓ Avaliação na educação infantil: É feita mediante acompanhamento e registro de desenvolvimento do aluno, sem objetivo de promoção, conforme o determinado no artigo 31 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de nº 9.394/1996, que versa: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.”

Cabe destacar que, a Educação Infantil tem como principal finalidade o desenvolvimento integral da criança. A partir disto, a avaliação deve ser vista como meio de conquista desta intenção, deve ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno. Isso se dá por meio de um processo de investigação constante, onde o professor deve respeitar a singularidade e a individualidade de cada criança, para que esta se desenvolva integralmente.

Vale destacar ainda, que a avaliação na Educação Infantil é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem.

No que se refere ao ato de avaliar, KENSKI (1996) ressalta que.

O ato de avaliar, portanto, exercido em todos os momentos da vida diária dos indivíduos, é feito a partir de juízos provisórios, opiniões assumidas como corretas e que ajudam nas tomadas de decisões. Esses posicionamentos são definidos pelas pessoas com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. (KENSKI, 1996, p. 36)

Desse modo, somos levados a refletir que assim como na vida, a avaliação educacional deve estar presente, porém mais bem planejada e direcionada, no cotidiano da escola, especificamente na sala de aula.

Para tanto, a avaliação educacional pode ser conceituada como o ato ou efeito de julgar a qualidade, o valor e a eficiência de algum ou de todos os aspectos do processo de

ensino e aprendizagem para saber se os objetivos propostos no planejamento estão sendo atingidos eficazmente.

5 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NAS TURMAS DE 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MARTINS NOLÊTO E O PROPOSTO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para discutirmos a respeito do assunto aqui proposto estruturamos essa seção em quatro tópicos, o primeiro discorre sobre a estrutura organizacional nas turmas do 5º ano da escola-campo. Para tanto buscamos apoio nos seguintes documentos no PPP/Miracema (2018), que nos mostra o quantitativo de turmas, horário de funcionamento, quantitativo de alunos, e os componentes curriculares existente nas turmas sujeitos da pesquisa e na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Documento Oficial, Brasil (2017), relatando que ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade.

O segundo tópico apresenta a sistematização do trabalho pedagógico: Dimensão pedagógica, para tanto alinhamos com o pensamento de Freire (1986) afirmando que todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade; Franco (2008, p. 120) ressaltando que para trabalhar com a dinâmica dos processos de coordenação pedagógica na escola, um profissional precisa ter, antes de tudo, a convicção de que qualquer situação educativa é complexa e Nóvoa (1995) afirmando que a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas por meio do trabalho reflexivo e crítico sobre as práticas e de (re)construção permanente da identidade profissional.

Também analisamos o PPP/Miracema (2018) que discorre sobre planejamento e ações pedagógicas, acompanhamento pedagógico aos professores e a organização do cotidiano de trabalho com os alunos; o Plano Municipal de Educação (2015) direcionando o trabalho pedagógico da rede municipal de educação a se empenhar na concepção filosófica sócio-interacionista.

Para realizarmos o terceiro tópico, intitulado de acompanhamento da aprendizagem dos alunos/currículo tivemos como teóricos Sacristán (1998) esclarecendo que a escolaridade é um percurso para alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade; Sacristán (2000) discorrendo que o currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas e a análise realizada no PPP/Miracema (2018) que substanciou o desenvolvimento deste tópico.

O quarto e último tópico encontra-se com o seguinte título: *Processo de avaliação dos alunos e o proposto no Projeto Político Pedagógico*. Para tanto contamos com o suporte de teórico de Luckesi (2011) afirmando que para saber avaliar é preciso conhecer os conceitos teóricos sobre avaliação e o mais importante aprender a prática da avaliação.

E a análise dos seguintes documentos: Regimento Padrão da Educação Municipal, abordando sobre a avaliação da aprendizagem e o PPP/Miracema (2018) apontando os quesitos analisado no processo de avaliação dos alunos.

5.1 Estrutura organizacional das turmas do 5º ano da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto

De acordo o PPP/Miracema (2018) existem três turmas de 5º ano na escola, com aproximadamente 30 (trinta) alunos por turma. Sendo duas no período matutino e uma no período vespertino. A escola trabalha com as seguintes componentes curriculares: Matemática, Língua Portuguesa, História, Ciências, Geografia, Ensino Religioso, Arte e Educação Física. A escola desenvolve suas atividades organizadas na seguinte estrutura: Um pedagogo que atua como Professor Regente I⁵, atuando nas disciplinas de Matemática, Língua portuguesa e ciências, outro pedagogo para atuar como Professor Regente II⁶, que ministra as disciplinas de Geografia; História; Ensino Religioso e Arte. Um professor formado em Educação Física para atuar na disciplina de Educação Física.

No que se refere a componentes curriculares, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, (2017) aponta que:

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes. (BNCC, 2017, p. 56)

Em vista disto, o trabalho docente em um nível de realidade deve ser uma prática social, uma forma de intervir na realidade social, por outro lado é um processo de relações humanas com o conhecimento que visam potencializar a ampliação da consciência, da atitude,

⁵Professor responsável pela maior carga horária das disciplinas que compõem os Componentes Curriculares da rede municipal de ensino do Município de Miracema do Tocantins.

⁶ Professor responsável pela menor carga horária das disciplinas que compõem Componentes Curriculares da rede municipal de ensino do Município de Miracema do Tocantins

da capacidade de agir no presente para assegurar uma sociedade mais amorosa, justa, igualitária, solidária e democrática para todos, produzindo assim, um trabalho docente com consciência transformadora de pessoas, vidas, sentidos e realidade.

Para tanto, ao realizarmos a análise PPP/Miracema (2018), percebemos que a rede municipal de ensino, não dispõe da disciplina de Língua Estrangeira em sua estrutura curricular, deixando assim de cumprir o proposto pela Base Nacional Comum Curricular, que nos afirma que no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas.

5.2 Sistematização do trabalho pedagógico: dimensão pedagógica da escola

Com base na análise realizada no PPP/Miracema (2018) analisamos que a Dimensão Pedagógica da escola é bastante abrangente e as atividades pedagógicas são desenvolvidas tanto dentro quanto fora da sala de aula. Nesse sentido deve ser trabalhado com responsabilidade e critérios que venham contribuir para um ensino e aprendizagem de qualidade. Portanto, toda ação pedagógica deve estar voltada para a prática educativa refletida no cotidiano por um processo vivo, dinâmico e em permanente busca.

Ainda como base o PPP/Miracema (2018) identificamos que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto orienta sua ação pedagógica, administrativa e financeira por meio do seu Projeto Político Pedagógico; documento em construção coletiva e permanente; politicamente comprometido com os parâmetros e matrizes curriculares definidas pela Secretaria Municipal da Educação de Miracema do Tocantins-TO.

Conforme o Plano Municipal de Educação (2015), a Secretaria Municipal de Educação de Miracema do Tocantins se empenha em trabalhar com a concepção Sócio-interacionista⁷, a mesma é uma teoria de aprendizagem cujo foco está na interação.

⁷Na teoria sócio-interacionista, que teve em Vygotsky seu maior expoente, uma nova abordagem fica evidenciada. Seus pressupostos partem da ideia de homem enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e social e enquanto participante de um processo histórico cultural. Essa abordagem pode ser resumida da seguinte maneira: a) privilegia o ambiente social; b) o desenvolvimento varia conforme o ambiente; c) não aceita uma visão única, universal, do desenvolvimento humano) a relação homem/mundo é uma relação mediada por instrumentos (símbolos); e) desenvolvimento e aprendizagem são processos que se influenciam reciprocamente; quanto mais aprendizagem mais desenvolvimento; f) a linguagem tem uma função central no desenvolvimento cognitivo, com a aquisição da linguagem modificam-se todos os processos mentais; a linguagem é fator de interação social; g) pensamento e linguagem procedem de raízes genéticas diferentes, porém, ao longo do desenvolvimento se juntam e se separam repetidas vezes; h) o uso dos signos como instrumentos das atividades psicológicas, transformam as funções mentais elementares (ações reflexas; reações automatizadas) em processos mentais superiores (ações conscientemente controladas; atenção voluntária; memorização ativa; pensamento abstrato; comportamento intencional; capacidade para solução de problemas). i) o indivíduo percebe e organiza o

Segundo esta teoria, a aprendizagem dá-se em contextos históricos, sociais e culturais. A formação de conceitos científicos dá-se a partir de conceitos cotidianos. Possuindo como princípio ação pedagógica na linha de desenvolvimento dos projetos pedagógicos, os quais contemplam os Temas Transversais, com o objetivo de envolver o conhecimento historicamente produzido numa reflexão crítica da realidade social, na busca da formação do cidadão cômico de seus deveres e direitos e da cidadania plena e responsável.

Nesse sentido o PPP/Miracema (2018) afiança que:

O ser humano é social e histórico e que, através de sua atividade e relacionamento com o mundo, transforma, melhora e constrói a si mesmo bem como o mundo que o cerca e acolhe. Da mesma forma, consideramos que, por ser as informações um patrimônio coletivo, deve ser socializado e a escola deve representar um espaço de socialização, sistematização e construção de um saber que parte das experiências vividas pelos alunos em seu cotidiano e, pela mediação do professor, ampliam-se gradativamente; visando, assim, a inclusão social humana e, conseqüentemente, buscando a diminuição da repetência e evasão escolar. (MIRACEMA, 2018, p. 23).

No que se refere ao planejamento e ações pedagógicas o PPP/Miracema (2018) afirma que planejar é uma atividade que está dentro da educação, visto que esta tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação.

Nesse sentido Freire, (1986) afirma que.

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim, é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico instrumental. (FREIRE, 1986, p. 23).

A importância de se planejar em uma escola é para que haja um processo contínuo, onde se tenha a preocupação “para onde ir” e “quais as maneiras adequadas para se chegar lá”, tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades da sociedade quanto das dos sujeitos nela inseridos.

A preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, por meio dos diversos componentes curriculares. Portanto, é importante que todos estejam unidos para que tenhamos êxito no processo ensino e aprendizagem fazendo com que a interdisciplinaridade aconteça realmente. Quando planejamos buscando alcançar objetivos complexos e queremos fazer de uma forma participativa compartilhando diferentes (saberes/interdisciplinaridade e diferentes ações intersetorialidade), necessariamente precisamos trabalhar com um método de planejamento. “Quem planeja corre o risco de errar”. Quem não planeja dificilmente acerta. (PPP/MIRACEMA, 2018, p. 24).

Assim verificamos que os professores realizam o planejamento no momento de sua livre docência. E uma vez por mês se reúnem, e coletivamente realizam o reordenamento de conteúdos para serem trabalhados no decorrer do mês, tendo o apoio dos coordenadores pedagógicos, que procuram enriquecer os conteúdos com sugestões diversas, procurando sempre manter o grupo coeso, com o intuito de facilitar assim, a troca de experiências e o trabalho interdisciplinar.

Desse modo, é bom refletirmos que em toda realidade educacional o planejamento é essencial, sendo que estrategicamente deve proporcionar uma dinâmica aprofundada da visão, do rendimento escolar do aluno possibilitando avaliar o resultado do processo de ensino aprendizagem da escola em um contexto geral.

No que se refere à proposta pedagógica averiguamos que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto trabalha com o Ensino Fundamental que tem duração de 5 anos atendendo turmas de 3º ao 5º ano, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), 1º segmento (ensino fundamental) e apresenta uma abordagem histórico cultural com metodologias interativas no cotidiano e, por meio de projetos pedagógicos dinâmicos, oficinas e vivências vai ampliando o universo cultural de seus educandos.

O PPP Miracema (2018), deixa explícito que no Ensino Fundamental de 3º ao 5º ano, a leitura e a escrita são ensinadas como veículos de comunicação com o corpo e com o mundo, preparando assim, sujeitos autônomos, seguros, capazes de internalizar valores de vida e de liberdade de expressão. Nesse sentido, o trabalho pedagógico realizado assegura o estudo das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento, reconhecendo na infância o poder da imaginação, da fantasia, da brincadeira entendida como experiência cultural

Com relação ao acompanhamento ao trabalho do professor há o acompanhamento do Orientador Educacional, que participa e colabora com o processo de elaboração do Projeto de Intervenção Pedagógica, de forma a conhecer e apropriar-se dos resultados dos alunos nas avaliações externas – de âmbito federal e estadual, tendo em vista as metas propostas e pactuadas pela escola.

No que se refere ao desenvolvimento do trabalho do orientador educacional, o planejamento e realizado a curto, médio e longo prazo tendo como atribuições acompanhar, registrar (execução e resultados) e avaliar os resultados, de maneira a assessorar o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais, juntamente com o coordenador pedagógico, relativas à intervenção pedagógica.

O mesmo realiza reuniões periódicas com as turmas, para mapear problemas de aprendizagem, evasão escolar, desinteresse, desorganização, conflito e outros, buscando soluções juntamente com professores e coordenadores pedagógicos, para dar suporte aos alunos com problemas de relacionamento e estabelecer parcerias com as famílias, quando houver desconfiança de que a dificuldade de aprendizagem esteja em casa, para assim, trabalhar em parceria com os professores, buscando compreender o comportamento dos alunos e agir de maneira adequada em relação a eles.

Desempenhando sua função de forma participativa e atuante junto as famílias, rede de proteção das crianças e adolescentes e comunidade escolar visando fortalecer a gestão democrática de forma participativa, atuante e crítica.

Quanto ao Coordenador Pedagógico observamos participar da elaboração dos Projetos da Escola, planejando, coordenando, controlando e avaliando, juntamente com a direção, todo o processo pedagógico. Participa dos estudos de análise e operacionalização dos Currículos Escolares de forma a assessorar os professores na elaboração, execução e avaliação do planejamento didático, bem como na correta escrituração dos diários de classe; acompanhando o desenvolvimento dos planos e atividades de ensino municipal de forma a orientar o trabalho realizado pelos professores das salas de recursos e equipes multidisciplinares no atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Nesse sentido corrobora Franco (2008).

Para trabalhar com a dinâmica dos processos de coordenação pedagógica na escola, um profissional precisa ter, antes de tudo, a convicção de que qualquer situação educativa é complexa, permeada por conflitos de valores e perspectivas, carregando um forte componente axiológico e ético, o que demanda um trabalho integrado, integrador, com clareza de objetivos e propósitos e com um espaço construído de autonomia profissional. (FRANCO, 2008, p. 120).

Ainda por meio da análise no PPP/Miracema (2018), percebemos que o coordenador pedagógico sempre acompanha o processo de recuperação e adaptação dos alunos da rede municipal, promovendo reuniões com o corpo docente, discente e pais. Realizando junto aos docentes um processo de formação continuada em serviço, orientando os

professores quanto ao uso adequado de material didático e equipamentos eletrônicos ou tecnológicos a serviço do ensino aprendizagem; fazendo cumprir o calendário escolar e estabelecendo critérios para a realização de avaliação fora do período previsto no calendário escolar. Planejando e executando os projetos educativos.

No que se refere à formação de professores, Nóvoa (1995) ressalta que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir a pessoa e dar estatuto ao saber da experiência*. (NÓVOA, 1995, p. 25)

Ao realizarmos a análise percebemos que na organização do cotidiano do trabalho com os alunos.

O calendário escolar é de extrema importância, pois ele é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar. É ele que mostra a quantidade de horas que os professores de cada matéria terão para usar em sala de aula, as avaliações, cursos, os feriados, as férias, períodos em que o ano se divide, os dias letivos, as atividades extracurriculares (como campeonatos intercalasse, festa junina, entre outros) e as atividades pedagógicas (como trabalho coletivo na escola, conselho de classe e paradas pedagógicas). (PPP/MIRACEMA, 2018, p. 26)

Ainda percebemos, os profissionais lotados na biblioteca planejam e desenvolvem ações e projetos voltados para o desenvolvimento do aluno, rodas de leitura; empréstimo de livros; organização do acervo; organização e formação de kits dos livros didático e distribuição dos mesmos. Por outro lado, o PPP/Miracema (2018) aponta que as instalações físicas do espaço são consideradas razoável, pois tem mesas, cadeiras, prateleira, todavia necessita de melhorias pois, não dispõe de climatizadores, o que de certa forma inviabiliza o melhor aprendizado dos alunos, dado as condições climáticas do local.

5.3 Acompanhamento da aprendizagem dos alunos/currículo

A origem da palavra currículo – *currere* (do latim) – significa carreira. Neste sentido, conforme Sacristán (1998, p. 125): “A escolaridade é um percurso para alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade”.

Para tanto, pensamos que para que o currículo seja o guia do progresso na escolaridade, o mesmo, deve ser articulado pelas experiências socioculturais que fazem da instituição de ensino um terreno de luta e de contestação para se criar e produzir culturas, multiculturas, e até mesmo o currículo em rede.

Desse modo, é conveniente que o currículo, as práticas formativas, a profissionalidade docente e os saberes profissionais sejam analisados a fim de melhorar a qualidade da educação, bem como atender com qualidade social a demanda que chega às escolas.

Conforme o PPP/Miracema (2018), nos meios acadêmicos já se tornou senso comum o fato de que a escola não muda o mundo, a escola muda com o mundo. Porém, não é preciso ir longe para saber que as experiências escolares mudam as pessoas e que as pessoas são capazes de mudar o mundo.

O currículo escolar se constitui e se institui no conflitante campo dos debates que intencionam compreender os diversos “fazer” e “pensar” que repercutem no interior da escola. A escola caracteriza-se por ser o lugar privilegiado da construção do saber, da troca de experiências, da reflexão, da ação e, por isso pode contribuir de forma ampla para a transformação social. Para que ela efetivamente contribua para isto, é preciso que se realize um trabalho pedagógico dinâmico e diversificado, pautando-se na percepção de compreender o currículo como “vida vivida”.

O currículo é compreensível como uma ferramenta imprescindível para se compreender os interesses que atuam e estão em permanente jogo na escola e na sociedade. Assim, para além do que está prescrito nas “grades curriculares” e nas listas de conteúdos pré-elaborados, optamos por um conceito de currículo que o percebe como um conjunto de ações que cooperam para a formação humana em suas múltiplas dimensões constitutivas. (PPP/MIRACEMA, 2018, p.29).

A partir dessa compreensão, tendo como base a análise realizada no PPP/Miracema (2018) somos levados a pensar que o currículo imprime uma identidade à escola e aos que dela participam. Permite, ainda, perceber que o conhecimento trabalhado no ambiente escolar extrapola os limites de seus muros, uma vez que impulsiona o movimento dialético de (re)criação de um “conhecimento escolar” para a sociedade, mediante a ação dos que compartilham a vida escolar, apropriando-se dos conhecimentos sociais.

Assim, quando falamos de currículo, estamos nos referindo ao complexo processo sociocultural que fez da escola um dos mais importantes meios de compreensão e (re) produção dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

No que se refere a currículo, para Sacristán (2000).

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida

em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam. para (SACRISTÁN, 2000, p.15-6).

No que diz respeito ao assunto PPP/Miracema (2018), esse ressalta que o currículo convergem as múltiplas dimensões que constituem as identidades constitutivas do gênero humano. No currículo, relações de poder, ideologias e culturas são afirmadas ou negadas. Enfim, o currículo é compreendido como instrumento de inclusão ou exclusão.

Toda escola exercita um currículo, consciente ou inconscientemente, os que atuam no contexto escolar estão envolvidos diretamente nas tramas que forjam as identidades humanas. O currículo escolar seria a vivência de experiências sistematicamente planejadas, visando o ensino e à aprendizagem de elementos culturais selecionados e institucionalizados tidos como relevantes para que as pessoas se tornem algo que essas experiências planejadas objetivam. Nesse sentido, na escola não se experimenta (nem se ensina e aprende) qualquer coisa, de qualquer maneira, para quaisquer finalidades.

A escola tem uma cultura, tem uma vida, tem uma identidade, caracterizada pelo currículo, e oferece condições para certas experiências.

Desse modo, o PPP/Miracema (2018), *apud* Regimento Padrão do Município/Miracema (2013) destaca o Art. 75 –versa no que são componentes curriculares obrigatórios nos diversos níveis da Educação Básica:

I– o ensino da arte será contemplado com o trabalho espaço e forma, reforçando o ensino da geometria para desenvolver a criatividade, a percepção e a sensibilidade estética;

II- a Educação Física ajustada às faixas etárias e às condições da população escolar de modo a contribuir para o desenvolvimento do organismo e da personalidade do educando; deve ser ministrada em aulas teóricas e práticas.

III– Leitura, Prática e Produção de Textos (L.P.P.T) para estimular o desenvolvimento do hábito de ler, escrever e se expressar com coerência e coesão obedecendo a norma culta da língua. Será ministrada uma (1) aula semanal na 1º fase dentro da disciplina de Língua Portuguesa, e uma (1) aula semanal na 2ª fase em substituição a técnicas comerciais e Técnicas Agropecuárias.

IV - o ensino religioso:

- a) - é facultativa para o aluno, sendo, porém, de oferta obrigatória para a UE;
- b) - terá como objeto de estudo o fenômeno religioso; e
- c) - será ministrado sem quaisquer formas de proselitismo.

Art. 76 - A Unidade Escolar -U.E. promoverá no Ensino Fundamental, como parte diversificada:

I- o Desporto Educacional e as Práticas Desportivas não formais;

II- os Programas de Saúde para desenvolvimento de práticas úteis ao educando e à comunidade;

III- a Educação Ambiental, considerada nos conteúdos curriculares de forma multidisciplinar;

IV- Iniciação Tecnológica para o ensino Fundamental;

V- O ensino de História do Tocantins que leve em conta as contribuições das diferentes culturas, raças e etnias, para formação do povo tocaninense;

Parágrafo Único - O ensino da história deve levar em conta:

I- as contribuições das diferentes culturas, raças e etnias;

II- a valorização da história da cultura afro-brasileira e indígena;

III- a importância da diversidade cultural na formação do povo tocaninense.

IV- o desenvolvimento de critérios de leitura crítica dos meios de comunicação social;

V- cabe ao educador orientar-se pelos eixos norteadores do referencial curricular, considerando as especificidades da diversidade.

O PPP/Miracema (2018) traz em seu corpo a seguinte reflexão que todo o movimento curricular tem de partir das necessidades das comunidades locais. Isso não significa sobrepor as necessidades comunitárias ao currículo escolar, ao contrário, à escola precisa saber colocar-se na vida comunitária contribuindo para que a comunidade possa se conhecer através dela, bem como saber receber criticamente os elementos socioculturais que lhe chegam de fora.

Ao mesmo tempo, a escola precisa saber identificar e valorizar as experiências comunitárias presentes no interior da própria escola. Não se trata, portanto, de consultar a comunidade, mas de escutá-la e conhecê-la quanto àquilo que afeta a sua identidade.

Assim, o currículo escolar não pode perder de vista o contexto sociocultural mais geral e o conhecimento historicamente construído e exigido na busca por tornar os sujeitos autônomos e ativos na transformação de suas vidas.

Segundo PPP/Miracema (2018).

O acompanhamento da aprendizagem dos alunos ocorre de forma sistematizada por meio de ações tais como: atualização periódica da proposta curricular; do acompanhamento da aprendizagem dos estudantes; desenvolvimento da inovação pedagógica e de políticas de inclusão com equidade; o planejamento da prática pedagógica; e a organização do espaço e tempo escolares, com suas rotinas e estratégias de acompanhamento. Os coordenadores pedagógicos procuram realizar reuniões em pequenos grupos de pais com objetivo de conscientizá-los do desenvolvimento escolar dos seus filhos. Outra ação de grande valia para o desenvolvimento no aprendizado dos alunos são os projetos pedagógicos idealizados

implantados e executados pela escola. No que se refere a interferências advindas das faltas do aluno, é realizado intervenções (ligações e visitas domiciliares) junto à família com objetivo de resgatar esse aluno, e assim dá continuidade no processo de desenvolvimento do mesmo. (MIRACEMA, 2018, p. 35).

A discussão sobre currículo, não deve e nem pode encerrar-se aqui, pois, é ampla e de fundamental importância para o desenvolvimento do aluno, assim, entendemos que para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, esta será um discussão valiosa tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes.

5.4 Processo de avaliação dos alunos e o proposto no Projeto Político Pedagógico

A avaliação do processo de ensino aprendizagem pode ser considerada o termômetro do processo educativo, na medida em que ela se destine a ser um instrumento de reflexão para educadores e alunos. Dessa forma, para o PPP/Miracema (2018).

Numa avaliação global o que norteia e orienta o ensino e a aprendizagem, são as diretrizes gerais e os quatro eixos estruturais da educação: Aprender a conhecer, onde é possível diagnosticar as dificuldades encontradas no processo ensino e aprendizagem nos aspectos cognitivos, culturais, sociais, biológicos e afetivos, a fim de acompanhar o desenvolvimento do educando. Aprender a fazer, onde se interfere no processo educativo de forma a redirecionar todo o trabalho e a prática pedagógica para que sejam garantidas as aprendizagens. Aprender a Viver juntos, ampliando as possibilidades de aprendizagem desenvolvendo o conhecimento do outro. Aprender a ser, constitui-se na promoção de uma educação comprometida com o desenvolvimento total da pessoa. (MIRACEMA, 2018, p. 40-1).

Luckesi (2011) afirma que para saber avaliar é preciso conhecer os conceitos teóricos sobre avaliação e o mais importante aprender a prática da avaliação, pois para saber conceitos teóricos é só buscar as fontes e estudar, mas a prática é algo mais complexa.

O Regimento Padrão da Educação Municipal (Miracema, 2013), em seu Artigo 96–versa sobre a avaliação da aprendizagem, afirmando que

- I- será continua detalhada no projeto político-pedagógico e compreenderá a verificação do aproveitamento;
- II– levará em conta os objetivos propostos na linha pedagógica contida no referencial curricular;
- III– constará do planejamento didático-pedagógico;
- IV– será realizada continuamente, através de:
 - a) - trabalhos individuais e de grupos;
 - b) - provas subjetivas e objetivas; e
 - c) - outros procedimentos pedagógicos;
- V – priorizará os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

O Art. 97 versa que, a avaliação será expressa em notas graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), grafadas com uma casa decimal.

Parágrafo Único – Nas notas que não tiverem fração decimal será usado o zero, exceto na nota máxima 10 (dez).

Art. 98 - Durante o ano letivo, o aluno obterá quatro médias 7,0 (sete), resultantes das avaliações da aprendizagem correspondente a cada bimestre.

§1º A média anual (MA) é obtida através da soma das médias bimestrais (MB), dividindo-se o resultado por quatro, sendo seu valor equivalente a média final 7,0 (sete).

§ 2º - O aluno para ser aprovado deverá obter na média anual (MA) o equivalente a média 7,0 (sete);

§ 3º A média anual (MA) será grafada conforme descrito no artigo anterior.

§ 4º Quando, na obtenção da média anual, a fração excedente aos centésimos:

I– for igual ou superior a cinco centésimos, a parte decimal será arredondada para mais (6,26 = 6,3);

II– for inferior a cinco centésimos, a parte decimal não sofrerá alteração. (6,24 = 6,2). (MIRACEMA, 2013).

O PPP/Miracema (2018) ressalta que a avaliação precisa ser entendida como uma atividade dinâmica e sistemática, que permeia e subsidia a prática pedagógica, através de instrumentos práticos, que possam redimensionar e direcionar novos procedimentos do Sistema Educacional no atendimento de toda a demanda, visando o desenvolvimento integral do aluno. Reforça ainda, que a educação e avaliação andam juntas e fazem parte de um mesmo processo. A avaliação é um elemento para subsidiar educadores e educandos, tendo como função primeira garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo verificamos também que a escola tem como função social educar um indivíduo pautado nos valores básicos, para que ele aprenda a conviver em sociedade, facilitando aos discentes o pleno entendimento sobre determinado assunto, permitindo que eles assimilem direta e criticamente suas atitudes dentro de uma sociedade tão desigual e diferente socialmente, sempre com respeito às diferenças em comunidade.

Segue quesitos de avaliações bimestrais propostas no PPP/ Miracema (2018).

CONTEÚDOS	QUESITOS	VALOR
Procedimentos (5,0 pontos)	Trabalhos de pesquisa	1,0
	<ul style="list-style-type: none"> • Em grupo ou individual 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de trabalhos em grupo ou individual 	1,0
	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos conteúdos escrita (prova) 	3,0
Conceitos (3,0 pontos)	Assimilação;	1,0
	Observações diárias;	1,0
	Cumprimento de responsabilidade com tarefas e material	1,0
Atitudes (2,0 pontos)	Registro de atividades	0,5
	Tarefas diárias	0,5
	Frequência/assiduidade	0,5
	Participação e socialização	0,5
TOTAL DE PONTOS		10,0

Fonte: PPP/Miracema (2018), Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto.

Com isso é importante destacar que não existe uma receita pronta para o processo avaliativo, mas atendemos que avaliar, significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, é antes de tudo um ato de investigação, de reflexão, de intervenção e de interação em que cada sujeito envolvido no processo educacional deve desenvolver da melhor forma possível o seu papel, visando, o que lhes é primordial, uma aprendizagem significativa, consistente e autônoma. Pois, a construção de novos conhecimentos é algo que deve ser constante na vida dos alunos.

6 CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa de conclusão do Curso de Pedagogia teve por objetivo compreender de que forma se dá o processo de avaliação e quais os modelos são adotados nas três turmas do 5º ano, do ensino fundamental da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto, a partir da análise do seu Projeto Político Pedagógico.

O texto foi estruturado em três seções, na primeira, **“o processo de avaliação como reorientação para melhoria do processo de ensino e aprendizagem.”** Discorremos acerca do Contexto Histórico e Social da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, escola foco da pesquisa, em que aportamos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da mencionada instituição educacional.

Relatamos ainda, acerca da relevância do currículo escolar para processo de avaliação, discorrendo de forma objetiva acerca da avaliação e sua relevância no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado, para essas discussões abarcamos os conceitos de Lima; Costa & Silva (2017), que dialogaram sobre a formação do currículo nas escolas brasileira; Arroyo (2001), que destacou sobre as mudanças e preocupações relacionadas às políticas e decisões dos governos; Veiga (2002), que reforçou que o currículo é uma parte relevante da organização escolar e faz parte do Projeto Político Pedagógico de cada escola; Projeto Político Pedagógico–PPP/Miracema (2018) da escola-campo, relatando sobre o processo de avaliação da escola foco da pesquisa; Nascimento (2015), destacando que para a avaliação alcançar seus objetivos e metas precisa ser pensada e planejada antecipadamente.

Foi apresentado sobre o processo de avaliação e suas contribuições no desenvolvimento integral do estudante, tendo como suporte teórico os seguintes autores: Freire (2002), lembrando que a Avaliação Formativa, tem seu foco no processo ensino-aprendizagem; Luckesi (1998) chamando a atenção para a importância de se adotar uma prática avaliativa diagnóstica; Hadji (2001), definindo a avaliação formativa como sendo “aquela que se situa no centro da ação de formação; PPP/Miracema (2018) da escola-campo.

A segunda seção denominada **“formação de professores para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental e o processo de avaliação educacional.”** Foi estruturado em dois subtópicos, em que no primeiro deles trouxe como título: O Curso de Pedagogia como formador de professores para atuar nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, e foi organizado em duas partes, onde a primeira discorreu sobre: O curso de pedagogia e a formação de professores, e foram usado os conceitos teórico de Cunha (2000), que trouxe a

observação de que o panorama educacional brasileiro atual revela uma característica tão insólita quanto persistente em sua estrutura, e que no ensino superior, as universidades convivem com uma grande quantidade de instituições de pequeno porte. Pinho (2007), afirmando que com a criação do Estado do Tocantins em 1988, despertou na sociedade tocaninense, em geral, e nos profissionais da educação, em particular, o desejo de uma universidade pública para o Estado.

Chauí (2003), reforçou que “a educação é inseparável da formação e é por isso que ela só pode ser permanente”. Nóvoa (1992), afirmando que a formação quase nunca conduz, diretamente, à ação inovadora, e é preciso ter consciência deste fato. Tardif (2002), trazendo os conhecimentos especializados, nos quais alguns derivam dos saberes científicos, devendo ser adquiridos através de uma longa formação de alto nível, na maioria das vezes, de natureza universitária que no caso seria a formação inicial. Suanno (2015), compreendendo que a universidade como instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da problematização, da crítica e da inovação.

Assim sendo destacamos sobre a atuação do Pedagogo nos cinco primeiros anos do ensino fundamental. Tendo como apoio os seguintes teóricos: Libâneo (2002), assinalando a dimensão do campo de atuação do pedagogo na atualidade. Pimenta (2006), trazendo a definição de Pedagogo Especialista e Pedagogo Escolar. Foram analisados ainda, os seguintes documentos: A Resolução CNE/CP Documento Oficial Brasil (2006), que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº.9394/96. Brasil (1996); e o Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto, Miracema (2018).

Também levantamos discussões acerca do processo de avaliação educacional e as práticas pedagógicas, e tivemos como aporte os seguintes teóricos: Luckesi, (1999), trazendo uma reflexão sobre a prática avaliativa; Santos (2005), afirmando que há inúmeras definições de avaliação educacional, afirmando ainda que a avaliação não é um episódio ou um fato isolado, mas um processo. E apresentamos os diversos tipos de avaliações educacional utilizadas nas escolas do Brasil, a partir do ponto vista de Santos (2005); e Abreu & Maseto (1990), chamando a atenção para os quesitos que devem conter no processo avaliativo e foram apresentados alguns tipos de avaliação citados na literatura pedagógica, a partir das teorias de Santos (2005).

A terceira e última seção tivemos por título **“o processo de avaliação nas turmas de 5º ano da Escola Municipal Francisco Martins Nolêto e o proposto no projeto político**

pedagógico.” Assim, como nos dois primeiros capítulos, este também foi estruturado em subtópicos, onde no primeiro buscou-se discorrer sobre a estrutura organizacional nas turmas dos 5º anos. Para tanto, buscou-se apoio nos seguintes documentos: PPP/Miracema (2018), que nos mostrou o quantitativo de turmas, horário de funcionamento, quantitativo de alunos, e os componentes curriculares existente nas turmas sujeitos da pesquisa e Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Documento Oficial, Brasil (2017), buscando entender que ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade.

Diante disso, foi apresentado a sistematização do trabalho pedagógico dentro da dimensão pedagógica, para tanto, contamos com teóricos como Freire (1986), afirmando que todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade; Franco (2008), ressaltou que para trabalhar com a dinâmica dos processos de coordenação pedagógica na escola, um profissional precisa ter, antes de tudo, a convicção de que qualquer situação educativa é complexa; e Nóvoa, (1995), afirmou que a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal.

Por conseguinte, analisamos também o PPP/Miracema (2018), onde observamos que o mesmo trata com bastante clareza de assuntos como: Planejamento e ações pedagógicas; acompanhamento pedagógico aos professores; e a organização do cotidiano de trabalho com os alunos. Ao analisarmos o Plano Municipal de Educação (2015) notamos que a Secretaria Municipal de Educação de Miracema do Tocantins se empenha em trabalhar com a concepção sócio-interacionista.

No que diz respeito ao acompanhamento da aprendizagem dos alunos/currículo, tivemos como teóricos, Sacristán (1998) que nos esclareceu que a escolaridade é um percurso para alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade; Sacristán (2000) discorrendo sobre o currículo e afirmando que o mesmo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas.

Discorreremos ainda, sobre o processo de avaliação dos alunos e o proposto no Projeto Político Pedagógico. Para tanto, contamos com o suporte de teóricos como: Luckesi (2011), que nos levou a refletir que para saber avaliar é preciso conhecer os conceitos teóricos sobre avaliação e o mais importante aprender a prática da avaliação.

Desse modo, para finalizarmos com os resultados da análise realizada no PPP/Miracema (2018), no que se refere ao processo de avaliação da aprendizagem dos alunos do 5º ano. Em primeiro momento percebemos que na escola-campo, existem três turmas de 5º ano, sendo duas no período matutino e uma no período vespertino, outro fator que não podemos deixar de citar é que as turmas têm três professores, sendo a figura do Regente I que ministra os componentes curriculares da Matemática; Língua Portuguesa; e ciências. O regente II que ministra os componentes curriculares de História; Geografia; Ensino Religioso e Arte. E o terceiro professor que ministra exclusivamente aulas de Educação Física.

No que se refere a formação dos professores, foi possível perceber que os regentes I e II são formados em pedagogia e o de Educação física por sua vez também é formado na área específica. Percebemos também que há um projeto de Formação Continuada para rede municipal de ensino, e que todos os servidores da educação participam desse processo.

Quanto ao processo de avaliação dos alunos, foco macro deste trabalho, verificamos que, a escola tem seu modelo próprio de avaliar dentro de uma proposta sócio-interacionista, atendendo o proposto pelas normativas da secretaria municipal de educação, as avaliações são aplicadas bimestralmente no formato apostilado e impresso. Verificamos ainda que, em os bimestres é aplicado apenas uma avaliação por dia, com intuito de manter o aluno tranquilo e assim obter melhores resultados.

No que concerne aos alunos que não obtém a média necessária, são amparados pelo o Artigo 42 do Regimento Padrão do Município, que versa que *o Conselho de Classe é o órgão de natureza deliberativa e consultiva em matéria didático-pedagógica com atuação restrita a cada classe ou turma e responsável pelo processo coletivo de avaliação do desempenho global do aluno*. Para tanto, os alunos que não obtém a média são levados para apreciação da aprovação pelo Conselho de Classe.

Notamos que são realizadas reuniões bimestrais com a equipe escolar, para apresentação de resultados; reuniões com pais/responsáveis para entrega de boletins no caso dos alunos dos 4º e 5º anos e fichas de desenvolvimento individual do aluno para as turmas de 3º anos. A secretaria escolar organiza por meio de atas e mapas de resultados as notas dos alunos, onde os coordenadores têm acesso para diagnóstico e possíveis intervenções com relação ao processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem.

Outro fator importante dentro do processo de avaliação é que por meio de uma gestão democrática sempre a equipe pedagógica procura analisar os resultados de forma coletiva, pois a escola vem alcançado bons resultados em seu desempenho diante das avaliações externas. Finalizamos entendendo que a gestora escolar, orienta os coordenadores

pedagógicos para atuarem junto aos demais membros da equipe gestora, bem como contribuindo com professores e demais membros da equipe escolar no sentido de fortalecer o desenvolvimento dos alunos.

E que o professor é a figura mais importante no processo educativo, responsável na formação de cidadãos e ensinando-os desde cedo sobre as diversas áreas do conhecimento humano, sobre a vida e a sociedade, lhes consolidando intelectualmente e eticamente.

O professor, portanto, é fundamental no desenvolvimento do aluno e de um cidadão consciente desse modo, os professores, por sua vez idealizam, planejam e executam suas aulas, procurando atender as necessidades, e sempre respeitando as especificidades de cada aluno. Sempre atendendo o proposto no que diz respeito a organização de materiais e diários de classe, desenvolvendo suas atividades de forma a contribuir com a melhoria na elevação dos índices.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. & MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e Princípios** teóricos. São Paulo: Cortez, 1990.

ANDRÉ, Marly. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8075/5719>>. Acesso em: 02 Jul.2018.

ARROYO, Miguel. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antônio Flávio (org). **Currículo: políticas e práticas**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

BICUDO, Maria Aparecida Vigiani; ESPOSITO, Vitória Helena Cunha. **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Organizado por Maria Aparecida Vigiani Bicudo e Vitória Helena Cunha Esposito, Piracicaba: Editora Unimep, 1994.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, 1996c. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União. Que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 16 de maio de 2006.

BRASIL.**Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - PPC-Pedagogia**. FREIRE, Juciley Silva Evangelista; KONZEN, José Oto; PASSOS, Vânia Maria de Araújo; e FERNANDES, Katia Lacerda. (Orgs). Miracema do Tocantins, março de 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE). Lei nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2014. Disponível em: <<http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>> Acesso em: 15 jan. 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.** 2003, n. 24. Documento impresso p. 5-15.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliana MartaTeixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p. Disponível em: <www.densf.xpg.com.br/ensino_superior_e_universidade_no_brasil.doc>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessário à prática educativa. 25ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. Shor, I. **Medo e ousadia** – o cotidiano do professor. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GATTI, A. Bernardete. **O professor e a avaliação em sala de aula**. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, jan-jun/2003. Fundação Carlos Chagas, SP. Material impresso. 18 p.

GATTI, A. Bernardete. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, 2010. Material impresso.

GUIMARÃES, Célia Maria; REIS, Pedro Guilherme Rocha dos. Análise de um modelo de formação inicial de professores de educação infantil. In: SPADA, Ana Corina; GONÇALVES, Luciano de Jesus; PASSOS, Vânia Maria de Araújo. (orgs.). **Educação infantil e formação de professores**. Campinas, SP:~Autores Associados, 2015.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à Universidade. 8. ed., Porto Alegre: Mediação, 1993.

KENSKI, Vani Moreira. Avaliação da aprendizagem. In: **Repensando a Didática** 11ª ed. Campinas. Papirus, 1996.

LIMA, Frankinaldo Pereira; COSTA Madalena Varzinha Ferreira Melo; SILVA, Maria das Graças Pereira. O currículo do ensino fundamental frente aos desafios da pobreza e

desigualdade social. *In*: MELO José Wilson Rodrigues de; FREIRE Jucyley Silva Evangelista. (Orgs.). **Currículo do ensino fundamental**: análises e reflexões sobre o fundamental do currículo. Curitiba: CRV, 2017.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos**, para quê? 6^a. ed.-São Paulo, Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. São Paulo, Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos, proposições. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Maneiras de avaliar a aprendizagem**. *Pátio*. São Paulo, ano 3. n° 12. 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011

MIRACEMA DO TOCANTINS. Secretaria Municipal da Educação. Regimento Padrão da Rede Municipal de Ensino. Miracema – TO, 2013.

MIRACEMA DO TOCANTINS. Plano Municipal de Educação. Lei nº 409/2015, de 27 de maio/2015.

MIRACEMA DO TOCANTINS. Conselho Municipal de Educação. Projeto Político Pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Nolêto. Miracema do Tocantins, Tocantins, 2018.

NASCIMENTO, Débora Araújo do. **Planejamento, currículo e avaliação**: diálogo com professores. I Congresso de Inovação Pedagógica em Arapiraca. Universidade Federal de Alagoas. 2015. Material impresso.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa. Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PARO, Vitor Henrique. 1945. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PEREIRA, Fabíola Andrade. PINHO, Maria José de. PINHO, Edna Maria da Cruz. A década da educação e as políticas de formação de professores: um convite à reflexão. In: **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p.104-115, jan.-jun. 2014. Material impresso, 12 p.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PINHO, Maria José. **Políticas de formação de professores**: Intenção e realidade. Goiânia: Editora Cênone, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores** - saberes da docência e identidade do professor. Nuances- Vol. III- Setembro de 1997. Material impresso. 14 p.

PIMENTA, Selma Garrido (coord.) **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectiva. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulamentação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RÉGNIER, Jean-Claude. A auto-avaliação na prática pedagógica. **Revista Diálogo Educacional** - v. 3 - n.6 - p.53-68 - maio/agosto, 2002. Material impresso. 16 p.

RIOS, Demirval Ribeiro. **Grande dicionário Unificado da Língua Portuguesa**. São Paulo, DCL, 2009.

SACRISTÁN, Jose. Gimeno. Aproximação ao conceito de currículo. In. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SACRISTÁN, Jose. Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000

SANTOS, Monalize Rigon da; VARELA, Simone. A Avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, No. 01, ago. / dez. 2007. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao/Artigo_04.pdf>. Acesso em 20 Jan.2018.

SANTOS, Clovis Roberto dos. (Org.) **Um olhar reflexivo sobre a sua prática**. São Paulo: ed. Avercamp, 2005.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. **Didática e trabalho docente sob a ótica do pensamento complexo e da transdisciplinaridade**. 2015. 493 p. Tese de Doutorado em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, pela Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília-DF, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. RJ: Vozes, 2002.

TOCANTINS. Plano Estadual de Educação. LEI Nº 2.977, de 8 de julho de 2015a. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2006-2015), e adota outras providências.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Concepção Dialética-Libertadora do processo de Avaliação Escolar**. São Paulo, Libertad, 1998.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento**: Projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad. 2000.

VASCONCELOS, Celso. **Avaliação**: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Neto, Alfredo de. Geometrias, Currículo e Diferenças. In: **Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças**- São Paulo: Ática 2002.